

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO  
CURSO DE JORNALISMO

JULIANO ZAREMBSKI DA SILVA

**O PAPEL DA TV PÚBLICA:**  
**uma análise do programa TVE Repórter**

Porto Alegre

2017

Juliano Zarembski da Silva

**O PAPEL DA TV PÚBLICA:  
uma análise do programa TVE Repórter**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sandra de Deus.

Porto Alegre

2017

Juliano Zarembski da Silva

**O PAPEL DA TV PÚBLICA:  
uma análise do programa TVE Repórter**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação  
da Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
como requisito parcial à obtenção do título de  
Bacharel em Jornalismo.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sandra de Deus – UFRGS

Orientadora

---

Prof. Dr. Basilio Alberto Sartor – UFRGS

Examinador

---

Me. Léo Flores Vieira Nuñez – Centro Universitário Metodista IPA

Examinador

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à minha mãe, Tânia Maria de Moraes Zarembski, e ao meu pai, Júlio César da Silva, por proporcionarem o suporte e darem o amor de que um filho precisa ao longo da vida. Aos meus irmãos, Joyce Moraes Zarembski, Jossaine Moraes Zarembski e William Zarembski da Silva, por acreditarem em mim. A Eduardo Teles, companheiro único, amigo ímpar, pelas lições, pelo carinho e pelos momentos compartilhados. Aos amigos de toda a vida e àqueles conquistados durante a graduação, por estarem ao meu lado. Aos colegas do Núcleo de Ensino e Produção em TV da Fabico, da assessoria de imprensa do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, da assessoria de comunicação do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul e da redação do Diário Gaúcho, com quem muito aprendi. Por fim, e especialmente, à minha orientadora, professora Sandra de Deus, por me acolher e por me guiar nesta pesquisa, transmitindo a segurança de que um formando necessita.

## **RESUMO**

Este trabalho tem como objetivo analisar se o programa jornalístico TVE Repórter, exibido pela TVE RS, cumpre o que se espera de um programa de uma televisão pública. A base teórica busca amparo na legislação do sistema brasileiro de radiodifusão, especialmente no que tange ao regramento sobre televisões educativas, bem como conceitos sobre o que é televisão pública e a que princípios uma emissora deve atender para ser enquadrada como tal. Por meio da análise de conteúdo, esta pesquisa define uma amostra entre todas as edições do TVE Repórter e busca encontrar nestes programas as características de uma emissora pública de televisão.

Palavras-chave: Televisão. TV pública. TVE. TVE Repórter. Radiodifusão.

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1: Modelo de Televisão Educativa

Quadro 2: Tabela 2 – Lista de edições do TVE Repórter aplicáveis à análise disponibilizadas no YouTube

Quadro 3: Lista de edições do TVE Repórter que compõem a análise

Quadro 4: Análise de TVE Repórter – Logo ali

Quadro 5: Análise de TVE Repórter – Tecnologias Assistivas

Quadro 6: Análise de TVE Repórter – A Cultura do Estupro

Quadro 7: Análise de TVE Repórter – Rodovia Transbrasiliana

Quadro 8: Análise de TVE Repórter – Cervejas Artesanais

Quadro 9: Análise de TVE Repórter – Futebol de Várzea

Quadro 10: Análise de TVE Repórter – Alto Camaquã

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1: TVE Digital – Canal 30

Figura 2: FM Cultura – Data de vencimento da outorga

Figura 3: TVE Repórter | TVE - Logo Ali - 15/6/17

Figura 4: TVE Repórter | TVE - Tecnologias Assistivas - 06/11/2016

Figura 5: TVE Repórter | TVE - A Cultura do Estupro - 3/7/2016

Figura 6: TVE Repórter TVE | UPF TV - Rodovia Transbrasiliana - 3/4/2016

Figura 7: TVE Repórter | TVE - Cervejas Artesanais - 04 e 07/10/2015

Figura 8: TVE Repórter - Futebol de Várzea - 24/5/2015

Figura 9: TVE Repórter - Alto Camaquã - 26/11/2014

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2 SISTEMA DE RADIODIFUSÃO NO BRASIL .....</b>	<b>10</b>
2.1 Surge a primeira legislação sobre radiodifusão no país .....	10
2.2 Novo decreto e permissão da publicidade .....	13
2.3 A televisão surge no Brasil .....	15
2.4 Experimentações.....	17
2.5 Vácuo na legislação pós-inauguração da TVE .....	18
2.6 Código Brasileiro de Telecomunicações .....	19
<b>3 A TELEVISÃO NÃO COMERCIAL.....</b>	<b>22</b>
3.1 Televisão educativa, televisão estatal, televisão pública.....	24
3.2 As finalidades da televisão pública .....	26
3.3 Os gêneros televisivos em emissoras públicas .....	28
3.4 Exemplos no Brasil.....	29
<b>4 TVE RS, A EMISSORA EDUCATIVA DO RIO GRANDE DO SUL.....</b>	<b>31</b>
4.1 Surgimento e história.....	31
4.2 Situação em 2017 .....	34
4.3 Programação .....	36
<b>5 PERCURSO METODOLÓGICO .....</b>	<b>38</b>
5.1 TVE Repórter: a história do programa .....	38
5.2 Metodologia.....	39
<b>6 O CARÁTER PÚBLICO NO TVE REPÓRTER.....</b>	<b>43</b>
6.1 Logo ali, 15 de junho de 2017 .....	43
6.2 Tecnologias assistivas, 6 de novembro de 2016.....	46
6.3 A Cultura do Estupro, 3 de julho de 2016 .....	50
6.4 Rodovia Transbrasiliana, 3 de abril de 2016 .....	53
6.5 Cervejas Artesanais, 4 de outubro de 2015 .....	56
6.6 Futebol de Várzea, 24 de maio de 2015 .....	59
6.7 Alto Camaquã, 26 de novembro de 2014 .....	61
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>65</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>67</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A televisão chegou ao Brasil no século 20. A primeira emissora, a TV Tupi Difusora de São Paulo, foi inaugurada em 18 de setembro de 1950. Nessa década, esse meio de comunicação se disseminou pelo país, com outras emissoras sendo inauguradas em diversas capitais brasileiras, como Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre.

Atualmente, a legislação norteadora do sistema de radiodifusão brasileiro é o decreto de nº 52.795, de 1963, que aprovou o regulamento desse tipo de serviço, instituído pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, Lei nº 4.117, de 1962. Sobre essa legislação norteadora foram feitas atualizações, e as mais recentes datam de 2012, por meio do Decreto nº 7.670, promulgado pela ex-presidenta Dilma Rousseff. Fato, contudo, é que as chamadas televisões públicas, educativas ganharam um regramento próprio, definido pelo Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967.

Dentro desse grupo, está a TVE RS, inaugurada em 1974 em Porto Alegre. Recentemente, em janeiro de 2017, o governador do Rio Grande do Sul sancionou a lei que aprova a extinção da Fundação Cultural Piratini – TVE e FM Cultura, responsável pela gestão da emissora. Isso colocou em debate na sociedade quais são as finalidades de uma emissora pública de televisão, o que justifica um estudo mais aprofundado sobre o papel desse tipo de veículo. Assim, o objetivo desta monografia é, a partir do que se concebe como sendo função de uma TV pública, compreender a importância da TVE. Para realizar este estudo, optou-se por tratar do programa TVE Repórter, jornalístico exibido pela primeira vez em 2000. Por meio da análise de conteúdo, procura-se entender se o programa cumpre o que se espera de uma emissora pública de televisão. Em um universo de 65 programas, serão analisados sete, conforme definido no percurso metodológico.

Para facilitar a compreensão, o trabalho está dividido em capítulos. No segundo, histórico, faz-se um mapeamento da evolução da legislação sobre o sistema de radiodifusão brasileiro, mostrando-se como surgiu e as mudanças que sofreu após a chegada e a institucionalização da televisão no Brasil.

No terceiro capítulo, teórico, são apresentadas as diferenças entre emissoras comerciais e emissoras não comerciais. Em seguida, fala-se sobre o costume de se tratar, como sinônimos, os adjetivos educativo, estatal e público, bem como explica-se a diferença, ainda que difusa para certo autores, entre cada um desses conceitos. O próximo tópico, ainda nessa unidade, respalda o leitor, afinal, sobre quais são as finalidades de uma emissora pública

de televisão – para que servem e o que devem proporcionar ao público –, além de apresentar exemplos existentes no Brasil.

O quarto capítulo busca mostrar como e em que contexto surgiu a TVE RS. Em seguida, tem-se como objetivo explicar a atual situação da emissora, depois de, em janeiro de 2017, o governo do Estado sancionar a lei que autoriza a extinção da Fundação Cultural Piratini – TVE e FM Cultura. Apresenta-se, ainda, a atual programação, com conteúdos próprios, mas, também, com a veiculação de produções de outras emissoras públicas e de TVs universitárias.

O quinto capítulo, intitulado Percurso Metodológico, mergulha nas particularidades do programa objeto desta análise, o TVE Repórter. Em seguida, detalha de que forma o jornalístico será analisado, para se descobrir, afinal, se corresponde ou não ao ideais de uma emissora pública. No próximo capítulo, portanto, a análise dos sete programas selecionados é feita. Por fim, no sétimo capítulo, as considerações finais são realizadas, por meio do resgate histórico e teórico dos conceitos apresentados nesta monografia, além de serem comentados e comparados os resultados obtidos no capítulo anterior.

## **2 SISTEMA DE RADIODIFUSÃO NO BRASIL**

No Brasil, nenhuma empresa, associação, fundação, município, Estado ou Território é dona de emissoras de rádio e televisão. Essa competência cabe unicamente à União. Contudo, o Poder Executivo nacional pode, sim, permitir que tais entidades explorem o serviço de radiodifusão, tendo em vista o interesse nacional e a finalidade educativa e cultural a que se destina. Esse é o preceito básico contido nos códigos e outros dispositivos que regem o Sistema de Radiodifusão no Brasil.

O modelo vigente hoje no país é considerado misto: ora com emissoras privadas, comerciais, ora com emissoras públicas. Para se chegar a tal conjuntura, contudo, foi necessária a elaboração de conjuntos de regras e leis. A primeira lei sobre radiodifusão no Brasil surgiu em 1931, por meio do Decreto nº 20.047, assinado por Getúlio Vargas, na época chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil. O texto explanava sobre a natureza do serviço, a finalidade a que se destina e as normas para que a radiocomunicação fosse utilizada.

Cerca de dez meses depois da assinatura do decreto responsável pela institucionalização dos serviços de radiodifusão, Vargas assinou novo decreto, o de número 21.111, dessa vez para regulamentar o texto anterior. O documento especificava questões antes tratadas superficialmente, mas também trazia novidades. Esse segundo decreto se constitui como legislação vigente por trinta anos. Em 1962, porém, João Goulart, presidente da República, sanciona a Lei nº 4.117, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT). O documento tratava de todos os serviços de telecomunicação, inclusive de radiodifusão.

Um ano depois, em 1963, novo decreto é assinado, de número 52.795, a fim de aprovar o regulamento dos serviços de radiodifusão. Esse texto, sobre o qual foram feitas diversas alterações, é o guia atual dos serviços de radiodifusão no Brasil.

### **2.1 Surge a primeira legislação sobre radiodifusão no país**

Em 27 de maio de 1931, Getúlio Vargas, chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, assina o Decreto nº 20.047. O documento é a primeira legislação do país sobre radiocomunicação - categoria da qual faz parte a radiodifusão. Ao todo, o texto tem 41 artigos e discorre sobre a natureza dos serviços de radiocomunicação, sobre a finalidade deles, sobre suas normas de utilização e sobre as punições para quem não as

cumprisse. Naquela época, a radiodifusão, como dito anteriormente, era considerada uma divisão da radiocomunicação. Isso está explicitado no artigo 2º do decreto. Todos os serviços de radiocomunicação no território, nas águas territoriais e no espaço aéreo do Brasil, segundo o trecho, são de competência exclusiva da União.

Constituem serviços da radiocomunicação a radiotelegrafia, a radiotelefonia, a radiofotografia, a radiotelevisão, e quaisquer outras utilizações de radioeletricidade, para a transmissão ou recepção, sem fio, de escritos, sinais, imagens ou sons de qualquer natureza por meio de ondas hertzianas” (BRASIL, 1931).

O decreto cita o termo radiotelevisão. Essa citação é curiosa, porém, porque a primeira emissora a transmitir som e imagem para o público surgiu apenas 19 anos após a assinatura da lei, em 1950: a TV Tupi Difusora de São Paulo (RIBEIRO, 2010). Em 1931, portanto, no país, havia apenas emissoras de rádio, isto é, havia somente radiodifusão sonora: transmissão sem fios de mensagens de som ao público.

No Brasil, a primeira emissora de rádio foi inaugurada em 1923, chamada de Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. Até 1936, por exemplo, a atenção da rádio esteve voltada à difusão cultural, graças a Edgard Roquette-Pinto (FERRARETTO, 2001). A programação da rádio, portanto, estava de acordo com outro importante artigo do decreto, o de número 12. Esse trecho do documento deixava claro que “o serviço de radiodifusão é considerado de interesse nacional e de finalidade educacional” (BRASIL, 1931).

Outro objetivo exposto no artigo 12 era a construção de uma rede nacional que atendesse às finalidades dos serviços de radiocomunicação, ou seja, a promoção da cultura e da educação. A propósito, conforme o decreto, a orientação educacional das estações da rede nacional de radiodifusão caberia ao Ministério da Educação e da Saúde Pública. Era no artigo 12, ainda, que se falava sobre a possibilidade de outras entidades, que não diretamente a União, explorassem o serviço de radiodifusão.

As estações da rede nacional de radiodifusão poderão ser instaladas e trafegadas, mediante concessão, por sociedades civis ou empresas brasileiras idôneas, ou pela própria União, obedecendo a todas as exigências educacionais e técnicas que forem estabelecidas pelo Governo Federal (BRASIL, 1931).

Porém, esse trecho do decreto é enxuto, resumido, não específico. Ele não estabelece, por exemplo, o caminho a ser seguido por tais sociedades civis e empresas idôneas caso quisessem instalar uma estação da rede nacional de radiodifusão. Isso só surge no ano

seguinte, 1932, como será visto adiante. Retomando, ainda que a frequência pudesse ser utilizada por terceiros, a propriedade seguia sendo do governo, da sociedade.

Assim, com tanto poder centralizado no Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, restava às emissoras existentes a insegurança jurídica. Em seu artigo 23, o decreto nº 20.047 facultava à União a possibilidade de rever ou de substituir as frequências distribuídas em qualquer tempo, “por motivos de ordem técnica, de defesa nacional ou de necessidade dos serviços federais” (BRASIL, 1931).

Em outro recorte do decreto, no artigo 37, mais motivos para a insegurança de concessionários. O trecho estabelecia que o Poder Executivo poderia suspender a execução dos serviços de radiocomunicação quando bem quisesse. Seria suficiente, para fazê-lo, apresentar motivo de ordem ou segurança pública. Além disso, “sem que aos respectivos concessionários ou permissionários assista o direito a qualquer indenização” (BRASIL, 1931).

Sendo a outorga um ato restrito à vontade do governante – ato discricionário –, a radiodifusão assumiu a dimensão de um aparato de controle político e ideológico. Constituindo-se, desta forma, em uma aliada do chefe do Executivo, e demais políticos, na conquista de todo tipo de parceiro que pudesse render dividendos nos círculos em que trafegam (p. 33).

A capacidade financeira das empresas era, também, um importante critério para que fossem beneficiadas pela União com a concessão de uma estação nacional de radiodifusão. Esse requisito está expresso no artigo 22 do decreto. Além disso, a perfeição das instalações e a extensão do serviço também eram avaliadas. A partir daí, um índice era gerado e quem tivesse o mais elevado teria prioridade.

Acontece que, naquela década, Getúlio Vargas passou a incentivar o crescimento industrial como solução para a crise econômica causada pela quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, em 1929. Esse fenômeno afetou a situação brasileira, centrada na produção de café (FERRARETTO, 2001). Com um Brasil mais urbano e o rádio se institucionalizando como um veículo de comunicação de massa, que atinge a um grande público, a atenção de anunciantes volta-se ao veículo, e a do veículo, aos anunciantes. Uma das maneiras de se garantir a sobrevivência das estações de radiodifusão é a captação de recursos pelos concessionários por meio de espaços publicitários. Porém, a autorização para que isso fosse feito só apareceu em 1932, como será visto adiante.

## 2.2 Novo decreto e permissão da publicidade

No ano seguinte, quase dez meses após assinatura do Decreto nº 20.047, Getúlio Vargas, ainda chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, assina outro decreto, o de número 21.111, de 1º de março de 1932. O novo documento aprovava o regulamento para a execução dos serviços de radiocomunicação em todo o território nacional.

No artigo 11 do decreto, está um entre os vários elementos mantidos da primeira legislação. Ele reafirmava que “O serviço de radiodifusão é considerado de interesse nacional e de finalidade educacional” (BRASIL, 1932). Ainda em relação a esse ponto, o documento mantém o compromisso de promover a unificação dos serviços de radiodifusão, a fim de estabelecer uma rede nacional que atendesse às finalidades a que se destinavam. Por fim, mantinha sob responsabilidade do Ministério da Educação e Saúde Pública a orientação educacional do serviço das estações da rede.

As concessões seguiam sendo outorgadas por decreto, conforme o artigo 17, e obedecendo a alguns preceitos. Entre eles, prazo máximo de concessão de dez anos, renováveis junto ao governo; a obrigatoriedade de dois terços da diretoria da estação serem constituídos por brasileiros; a admissão exclusiva de operadores brasileiros; a obrigatoriedade de também dois terços de emprego efetivo nos outros serviços, técnicos e administrativos, para brasileiros; e a impossibilidade de transferência direta ou indireta da concessão. Muitos dos 109 artigos - antes, eram 41 artigos -, do Decreto nº 21.111, de 1º de março de 1932, traziam novidades. Por exemplo, o detalhamento do processo a se seguir na outorga de concessões e permissões de serviços de radiocomunicação. Está no capítulo 5 do documento, intitulado Formalidades a serem preenchidas pelos pretendentes à execução dos serviços de radiocomunicações.

O artigo 23 regravava as formalidades referentes a companhias, empresas e sociedades civis. Ele estabelecia que os interessados deveriam redigir requerimento ao Ministério da Viação e Obras públicas e preencher alguns requisitos, como “prova, mediante documentos idôneos e suficientes, da constituição legal dos pretendentes”, “prova de nacionalidade e idoneidade moral dos diretores” e “natureza e fins do serviço” (BRASIL, 1932).

Já o artigo 24 detalhava as formalidades a serem preenchidas por Estados da União e outras entidades (indivíduos, amadores, companhias, institutos científicos) que pretendessem executar serviços de radiocomunicação. Em relação aos Estados da União, por exemplo, o pedido deveria ser feito pelo presidente do território ou governador e satisfazer alguns itens.

Esses itens eram declarar a natureza e os fins do serviço, o “número de estações pretendidas, nomes das localidades onde serão estabelecidas e relação das estações com que se tenham de comunicar”, especificar, de forma minuciosa, “o material a empregar na instalação das estações” e comprometer-se a se submeter a “todas as disposições deste regulamento e das que vierem a vigorar, referentes ou aplicáveis à matéria” (BRASIL, 1932).

Havia outra novidade: o Decreto nº 21.111 autorizava e delimitava a propaganda para a radiodifusão comercial. Conforme Chagas (2012), era uma forma de financiar o funcionamento da radiodifusão e de torná-la cada vez mais viável. Está tudo no artigo 73. O texto dizia que, durante a execução dos programas - naquela época, apenas de rádio -, seria permitida a propaganda comercial, desde que fosse por meio de dissertações proferidas de modo conciso, claro e conveniente à apreciação dos ouvintes.

Para tanto, algumas condições deveriam ser observadas. Elas estão listadas em três itens dentro do artigo 73. Primeiramente, “o tempo destinado ao conjunto dessas dissertações não poderá ser superior a dez por cento (10%) do tempo total de irradiação de cada programa”. Em segundo lugar, “cada dissertação durará, no máximo, trinta (30) segundos”. Além disso, “as dissertações deverão ser intercaladas nos programas, de sorte a não se sucederem imediatamente”. Por fim, “não será permitida, na execução dessas dissertações, a reiteração de palavras ou conceitos” (BRASIL, 1932).

Segundo Chagas (2012), o Decreto nº 21.111, no âmbito do desenvolvimento econômico, tornava a radiodifusão mais uma entre tantas atividades produtivas.

Agências multinacionais de publicidade, como J. Walter Thompson, McCann Erickson e Lintas & Standard, ampliavam seus campos de atuação com a autorização legal para a comercialização de espaços no rádio. Foi o início da disputa entre empresários da imprensa escrita e de rádio, responsáveis pela captação dos recursos de publicidade reservados à primeira (p. 14).

Cabe ressaltar, ainda, a intenção do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil de transmitir, para todo o país, seus feitos. Em 1931, um mês após o lançamento do Decreto nº 20.047, Getúlio Vargas criou o noticiário institucional Hora Nacional. No Decreto nº 21.111, de 1932, é estabelecida importante regra sobre a transmissão do programa, o qual reforça o monopólio da União sobre a exploração dos serviços.

O artigo 69 dizia que tal programa é destinado a ser ouvido em todo o território do país, simultaneamente, em horas determinadas. Falava, também, que ele versaria sobre

“assuntos educacionais, de ordem política, social, religiosa, econômica, financeira, científica e artística” (BRASIL, 1932). Segundo Ferraretto (2001),

O quase monopólio estatal previsto, no entanto, não se concretizou, mas se pode afirmar que, nos dois decretos, está a origem da duplicidade do sistema de radiodifusão no país: de um lado, público, educacional e sustentado pelo Estado ou por fundações; e, de outro, privado, comercial e majoritário em quantidade de emissoras e ouvintes (p. 103).

Para o pesquisador, portanto, é a partir de então que aparece, pela primeira vez, a duplicidade do sistema brasileiro de radiodifusão, presente até hoje.

### **2.3 A televisão surge no Brasil**

A década de 1950 representa o marco de inauguração da televisão no Brasil. Essa introdução do meio no país se deve ao empreendedor paulistano Assis Chateaubriand, nascido em 1892 e morto em 1968 (RIBEIRO, 2010, p. 12). Às 20 horas de 18 de setembro de 1950 era inaugurada a TV Tupi Difusora de São Paulo. A emissora, então, de acordo com Lorêdo (2000), somava-se a um império da comunicação – e de outros setores – do qual Chateaubriand já era dono, os Diários Associados, que, na época,

reunia 23 jornais, 28 emissoras de rádio, as duas mais importantes revistas para adultos do país, 12 revistas infantis, agências de notícias e de propaganda, indústrias químicas, laboratórios farmacêuticos, um castelo na Normandia, dez fazendas espalhadas pelo Brasil e a maior coleção de obras de arte jamais vista no país (LORÊDO, 2000, p. 16).

Novamente conforme Ribeiro (2010), Assis Chateaubriand, de maneira pioneira, não media esforços para tornar a televisão uma realidade no Brasil, e, nessa corrida em direção à implementação, a improvisação foi uma grande marca. “Esse primeiro momento caracteriza-se pelo imprevisto, pela pouca disponibilidade de receptores, em função também de seus altos custos, e, sobretudo, pela experimentação de uma nova linguagem (RIBEIRO, 2010, p. 17). Lorêdo (2000) também destaca o caráter de improvisação em que se dá a inauguração da primeira emissora de televisão do país. Conforme o autor, 18 de setembro de 1950 foi um dia “tumultuado, de corre-corre, de câmeras pifando, batata quente nas mãos, já que a novidade pesava nos ombros de todos os envolvidos. Tudo improvisado. A emissora entrou no ar sem que se soubesse qual seria a programação do dia seguinte” (p. 3).

No ano seguinte, em 20 de janeiro de 1951, é a vez de Assis Chateaubriand e seus Diários Associados inaugurarem outra emissora, agora na capital fluminense: a TV Tupi do Rio de Janeiro, canal 6. Depois disso, “a cada ano, ele inaugurou uma emissora Brasil adentro (LORÊDO, 2000, p. 16). Por ter surgido apenas quatro meses depois da TV Tupi Difusora de São Paulo, a improvisação e as condições precárias também fizeram parte da Tupi do Rio.

Os estúdios não tinham nenhum tratamento acústico e, além disso, as janelas ficavam abertas para evitar o calor quando os painéis (refletores de estúdio da época) fossem acesos. Mesmo assim, era uma sauna. O suor pingava do rosto dos atores e das atrizes nas cenas ambientadas em pleno inverno. E ali, entre fios espalhados pelo chão, microfones, barulhos de carros e apitos de navio entrando pelas janelas – visto que os estúdios eram construídos ao lado do cais do porto –, os programas iam ao ar (LORÊDO, 2000, p. 5).

Em relação à programação, na emissora paulistana, eram apresentados musicais, teleteatros, programas de entrevistas e um noticiário, chamado de Imagens do Dia (RIBEIRO, 2010, p. 20). É curioso observar que entre as 17 horas e as 22 horas e com grandes intervalos entre os programas. Isso era necessário porque eles eram transmitidos ao vivo, e a equipe precisava de tempo para prepará-los.

E, ainda nos anos 1950, diversas novas emissoras de televisão surgiram nas principais cidades do país. Entre 1955 e 1961, por exemplo, 21 foram inauguradas. Em 1955, a TV Itacolomi, em Belo Horizonte, Minas Gerais. Em 1959, a TV Piratini, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, e a TV Cultura, em São Paulo, São Paulo. Um ano depois, é a vez da TV Itapoan, em Salvador, Bahia, da TV Brasília, Distrito Federal, da TV Rádio Clube, em Recife, Pernambuco, da TV Paraná, em Curitiba, da TV Ceará, em Fortaleza, da TV Goiânia, Goiás, da TV Mariano Procópio, em Juiz de Fora, Minas Gerais e da TV Tupi-Difusora, em São José do Rio Preto, São Paulo. Em 1961, mais novidades: a TV Vitória, Espírito Santo, a TV Coroados, São Paulo, a TV Borborema, em Campina Grande, Paraíba, a TV Alterosa, em Belo Horizonte, Minas Gerais, a TV Baré, em Manaus, Amazonas, a TV Uberaba, Minas Gerais, a TV Florianópolis, Santa Catarina, a TV Aracaju, Sergipe, a TV Campo Grande, Mato Grosso do Sul, e a TV Corumbá, Mato Grosso do Sul (RIBEIRO, 2010, p. 21).

A TV Tupi Difusora de São Paulo surgiu como emissora comercial, amparada em recursos publicitários, que tornaram possível o empreendimento. Na estreia do canal 3, durante discurso na cerimônia, o magnata agradece a quatro empresas: “a Companhia Antártica Paulista, o grupo Sul América Seguros, o Moinho Santista e a Organização Francisco Pignatari, fabricante da Prata Wolff” (RIBEIRO, 2010, p. 18).

O empreendimento da televisão no Brasil, em primeiro lugar, devemos-lo a quatro organizações que, logo, desde 1946, se uniram aos Rádios e Diários Associados para estudá-lo e possibilitá-lo neste país. Foram a Companhia Antarctica Paulista, a Sul América de Seguros de Vida e suas subsidiárias, o Moinho Santista e a Organização Francisco Pignatari. Não pensem que lhes impusemos pesados ônus, dado o volume da força publicitária que detemos (PORTAL IMPRENSA, [2017?]).

Foi, portanto, na década de inauguração das emissoras de televisão que o sistema misto de radiodifusão firmou-se no país.

## 2.4 Experimentações

Ainda que a inauguração da TV Tupi Difusora de São Paulo tenha sido em 18 de setembro de 1950, e a estreia da TV Tupi do Rio Janeiro, em 21 de janeiro de 1951, ambas as emissoras já haviam realizado transmissões anteriormente, como testes. Segundo Ribeiro (2010), em relação à primeira empresa, as emissões experimentais aconteciam desde abril daquele ano.

As imagens, nesses primórdios, não ultrapassavam o saguão do prédio dos Diários Associados, localizado na rua 7 de abril, em São Paulo, onde havia alguns aparelhos instalados. Em 10 de setembro, ainda na fase experimental, vai ao ar um filme em que o ex-presidente Getúlio Vargas, fala de seu retorno à vida política (p. 18).

No caso da emissora carioca, as experimentações se iniciaram em 29 de julho de 1950, seis meses antes de sua estreia. O canal exibiu programas com o frei José Guadalupe Mojica, cantor e ator mexicano. A ideia era dar uma “amostra ao público de como era e de como seria a televisão” (LORÉDO, 2000, p. 10).

Em São Paulo, enquanto havia aparelhos receptores para os testes, ainda não existiam televisores para que a população pudesse assistir ao primeiro dia de transmissão da TV Tupi Difusora, canal 3. O que não foi, necessariamente, um problema para o dono dos Diários Associados. “Há sempre referência ao fato de Chateaubriand ter ‘contrabandeado’ duzentos aparelhos, espalhando-os pelas ruas de São Paulo, para que pudessem ser vistas as imagens do primeiro dia de transmissão” (RIBEIRO, 2010, p. 17).

No caso da TV Tupi do Rio de Janeiro, canal 6, a distribuição de televisores pela cidade se deu já na fase de testes, e não apenas na data da inauguração do canal. Diversas

lojas da capital fluminense, por exemplo, colocaram televisões em suas vitrines. “As calçadas das lojas, com os aparelhos ligados, ficaram intransitáveis, pois todos queriam ver a novidade. Era a televisão chegando ao Brasil” (LORÊDO, 2000, p. 11).

## **2.5 Vácuo na legislação pós-inauguração da TV**

O início das transmissões televisivas no Brasil trouxe implicações e deixou brechas na legislação e dúvidas. “As concessões começaram a ser distribuídas politicamente, pelo interesse do poder concedente, exatamente como eram as do rádio (CHAGAS, 2012). Em 1951, ano seguinte à inauguração da TV Tupi Difusora de São Paulo e mesmo ano de estreia da TV Tupi do Rio de Janeiro, Getúlio Vargas volta à presidência da república. No setor da radiodifusão, então, uma das primeiras iniciativas do novo presidente foi assinar o Decreto nº 29.783, de 19 de julho de 1951.

O documento altera “alguns dispositivos do regulamento aprovado pelo Decreto nº 21.111, de 1º de março de 1932, e estabelece novas normas para a execução dos serviços de radiodifusão e radiocomunicação” (BRASIL, 1951). Segundo o texto, alguns dispositivos do regulamento aprovado em 1932 não atendiam mais aos progressos técnicos e ao sentido de utilidade pública e social desses serviços.

Em seu artigo 2º, o Decreto nº 29.783 reafirmava a finalidade educativa e o interesse nacional do serviço de radiodifusão e falava mais nitidamente na possibilidade de exploração comercial. Isso, contudo, desde que não prejudicasse, justamente, a finalidade e o interesse. Mais adiante, no artigo 3º, dizia que os serviços de radiodifusão poderiam ser explorados pela União ou por terceiros, por meio de concessão ou permissão. Porém, deixava claro que o governo federal poderia desapropriar os serviços da outorga para o fim de executá-los diretamente.

Na sequência, em seu artigo 4º, explicava que as concessões para serviços de radiodifusão ou radiocomunicação seriam dadas por decreto do presidente da república, tendo um prazo que jamais ultrapassaria o período de dez anos, renovável junto à União. Uma análise contextual pode ser feita em relação ao documento assinado por Getúlio Vargas.

Esse decreto de Getúlio Vargas representava, para os radiodifusores, para os radiodifusores, mais uma demonstração de ingerência em seus negócios. O parágrafo 1º do artigo 14 determinava, ainda, uma revisão nos processos de concessionárias ou permissionárias. O governo buscava encontrar irregularidades e, dessa forma, poderia examinar a conveniência e

oportunidade de se aplicarem as sanções previstas neste e nos demais decretos (CHAGAS, 2012, p. 25).

Apesar disso, buscando atender aos anseios de radiodifusores por uma legislação referente à área, Vargas, no artigo 15 do Decreto nº 29783, criava a Comissão de Estudos do Plano Geral de Radiocomunicações, com o objetivo de elaborar um anteprojeto de Código Brasileiro de Radiodifusão e Radiocomunicações (CHAGAS, 2012).

## **2.6 Código Brasileiro de Telecomunicações**

A Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, institui o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT). Isso acontece praticamente 30 anos após os dois decretos responsáveis por institucionalizar e regulamentar os serviços de radiocomunicação no Brasil - os de número 20.047, de 27 de maio de 1931, e 21.111, de 1º de março de 1932.

O que deveria ser um código específico para a radiodifusão foi convertido em um código para as telecomunicações, não só pela natureza do serviço - radiodifusão é espécie do gênero telecomunicação -, mas também pela urgência imposta pela situação econômica e política do país (CHAGAS, 2012).

Mais extenso que o Decreto nº 21.111, o qual, por sua vez, era mais extenso que o Decreto nº 20.047, o Código Brasileiro de Telecomunicações tem 129 artigos, e 22 deles são destinados à radiodifusão. Em seu artigo 32, o Código Brasileiro de Telecomunicações reafirma que os serviços de radiodifusão, inclusive o de televisão, são executados diretamente pela União ou por meio de concessão, autorização ou permissão. Só que, especificamente em relação à radiodifusão, outro documento serve melhor como referência para estudo, análise e compreensão. Trata-se do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, o qual “aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão” (BRASIL, 1963). Alguns de seus trechos foram editados pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012, promulgado pela ex-presidente Dilma Rousseff, e serão apontados a seguir. No que diz respeito à concessão, permissão e autorização de outorgas de serviços de radiodifusão no Brasil, esse documento de 2012 é o mais recente.

Logo de início, em seu artigo 3º, o Decreto nº 52.795 afirma que os serviços de radiodifusão têm finalidade educativa e cultural, sendo considerados de interesse nacional. O trecho ainda explicita que é permitida a exploração comercial desses serviços, desde que não

prejudique justamente o interesse nacional e as finalidades educativa e cultural. Aliás, cabe apresentar a definição que aparece sobre autorização, permissão e radiodifusão.

A autorização é “o ato pelo qual o Poder Público competente concede ou permite a pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, a faculdade de executar e explorar, em seu nome ou por conta própria, serviços de telecomunicações, durante um determinado prazo”. A concessão, a “autorização outorgada pelo poder competente a entidades executoras de serviços de radiodifusão sonora de caráter nacional ou regional e de televisão”. A permissão, “a autorização outorgada pelo poder competente a entidades para execução de serviço de radiodifusão de caráter local”. A radiodifusão, por fim, é “o serviço de telecomunicações que permite a transmissão de sons (radiodifusão sonora) ou a transmissão de sons e imagens (televisão), destinada a ser direta e livremente recebida pelo público” (BRASIL, 1963).

Em relação à exploração dos serviços de radiodifusão de sons e imagens, o texto estabelece competir ao presidente da república a outorga, por meio de concessão. Ao ministro de estado das Comunicações - atualmente, ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações -, cabe outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração dos serviços de radiodifusão sonora.

Desde a Constituição de 1988, o poder de outorga passou a ser compartilhado entre o poder Executivo e o poder Legislativo. Em seu artigo 223, por exemplo, a Carta afirma competir à União “outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens” (BRASIL, 1988). O texto diz, ainda, que só serão produzidos efeitos legais após a deliberação do Congresso Nacional. Para a radiodifusão sonora, o prazo de concessão será de dez anos. Para a radiodifusão de som e imagem, o tempo estipulado sobe para quinze anos. A informação consta no artigo 27 do Decreto nº 52.795.

A propósito, deve-se realizar um processo licitatório para a outorga da execução dos serviços de radiodifusão, processo esse que fica a cargo do atual ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. O objetivo da licitação é garantir tratamento isonômico aos participantes do certame. Participantes estes que deverão submeter ao órgão um estudo demonstrando a viabilidade econômica do que pretendem fazer.

Depois, as propostas são examinadas e julgadas pelo ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que considera os seguintes critérios: “tempo destinado a programas educativos - máximo de vinte pontos”, “tempo destinado a serviço jornalístico e noticioso - máximo de vinte pontos”, “tempo destinado a programas culturais,

artísticos, educativos e jornalísticos a serem produzidos no município de outorga - máximo de trinta pontos” e “tempo destinado a programas culturais, artísticos, educativos e jornalísticos a serem produzidos por entidade que não tenha qualquer associação ou vínculo, direto ou indireto, com empresas ou entidades executoras de serviços de radiodifusão - máximo de trinta pontos” (BRASIL, 2012). Tais critérios mostram que, ao menos em teoria, a preocupação que se tem ao outorgar-se a concessão de um serviço de radiodifusão é a finalidade educativa e cultural a que se destina.

A organização da programação aparece no item 12 do artigo 28 – nesse caso, a redação foi atualizada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983.. Destacam-se, por exemplo, a intenção de que as emissoras mantenham um elevado sentido moral e cívico, “não permitindo a transmissão de espetáculos, trechos musicais cantados, quadros, anedotas ou palavras contrárias à moral familiar e aos bons costumes”; a necessidade de se destinar um mínimo de “cinco por cento do horário da programação diária à transmissão de serviço noticioso”; a destinação máxima de 25% do horário da programação à publicidade comercial; a reserva de cinco horas semanais para programas educativos; e a retransmissão diária, entre 19 horas e 20 horas, do “programa oficial de informações dos Poderes da República” (BRASIL, 1983).

O Decreto nº 52.795 ainda explicita quais entidades são competentes para a execução de serviços de radiodifusão. A lista, contudo, foi atualizada pelo Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967. São elas a União, os Estados, Territórios e Municípios, as Universidades Brasileiras, as Fundações constituídas no Brasil, cujos estatutos não contrariem o Código Brasileiro de Telecomunicações, e as sociedades nacionais por ações nominativas ou por cotas, desde que subscritas, as ações ou cotas, em sua totalidade, por brasileiros natos (BRASIL, 1967).

### 3 A TELEVISÃO NÃO COMERCIAL

O Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, é o primeiro regramento legal sobre uma televisão não comercial. Ele faz referência à televisão educativa. De maneira geral, a legislação complementava e modificava a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, chamada de Código Brasileiro de Telecomunicações.

Um dos idealizadores da TV Educativa no Brasil foi o Major Drummont Coelho Reais Taunay que, mesmo antes do Golpe Militar de 64, já reivindicava ao Ministério da Educação e Cultura assim como ao Ministério das Comunicações três canais de televisão com o caráter educativo” (TORVES, 2007, p. 89).

Segundo Torves, tudo começou quando, em 1964, o MEC solicitou ao Contel, Conselho de Telecomunicações, a reserva de canais. Dois anos depois, em 1966, foi criado o Funtevê, Fundo de Financiamento da Televisão Educativa, cujo objetivo era fomentar o Sistema Nacional de Televisão Educativa.

Dos 18 artigos do Decreto-Lei nº 236, três tratavam da televisão educativa. O artigo 13 do documento explicava a finalidade dessa modalidade de televisão. “A televisão educativa se destinará à divulgação de programas educacionais, mediante a transmissão de aulas, conferências, palestras e debates” (BRASIL, 1967). Segundo Otondo (2002), buscava-se atingir, com essa medida, os 15 milhões de jovens da época sem escolarização.

Nesse princípio,, todas “as emissoras educativas começaram como uma linha auxiliar no campo da educação, e a programação era constituída por filmes educacionais de nível médio de Linguagem, de Educação Moral e Cívica, de Conhecimentos Gerais, de Matemática e de Ciências” (TORVES, 2007, p. 90). Além disso, esse formato de televisão, “posto em prática em pleno regime militar, pretendia ser uma continuação dos bancos escolares e a restrição temática possibilitava um controle do Estado sobre o tipo de informação que o espectador iria receber” (BUENO, 2004, p. 13).

Ainda no artigo 13 do documento, contudo, em parágrafo único, havia a observação de que esse modelo de televisão não tem caráter comercial. Por causa disso, era “vedada a transmissão de qualquer propaganda, direta ou indiretamente, bem como o patrocínio dos programas transmitidos, mesmo que nenhuma propaganda seja feita através dos mesmos” (BRASIL, 1967).

Por lei, e talvez por pressão dos canais comerciais, as televisões educativas foram, desde o primeiro dia de funcionamento, proibidas de veicular

publicidade comercial. No Brasil, o maior empregador e o maior orçamento publicitário, era naquela época o Estado. Às televisões que já recebiam recursos públicos, não era permitido por lei receber sequer doações, patrocínios, nem qualquer outra contribuição que não fosse a do orçamento oficial aprovado pelo governo (OTONDO, 2002, p. 272).

O segundo trecho sobre esse tema vinha na sequência, no artigo 14, e delimitava quem poderia executar os serviços de televisão educativa. Primeiramente, a União, seguida de Estados, Territórios e Municípios, Universidades Brasileiras. Por fim, Fundações constituídas no Brasil, cujos estatutos não contrariassem o Código Brasileiro de Telecomunicações. Ainda nesse artigo, estava explicitado que as universidades e as fundações deveriam ter recursos próprios para o empreendimento, uma forma de reafirmar o que estava dito no trecho anterior em relação à proibição de propaganda ou patrocínio.

O Instituto de Estudos e Pesquisas em Comunicação publicou, no relatório Conceito de Radiodifusão Pública, em 2002, as diferenças entre o modelo de televisão comercial e o modelo de televisão educativa. Bueno (2004) o apresenta em seu trabalho o documento, que será reproduzido aqui.

Quadro 1: Modelo de Televisão Educativa

<b>Formulações do Modelo de Televisão Educativa</b>		
	<b>Emissoras Comerciais</b>	<b>Emissoras Educativas</b>
<b>Natureza da Pessoa Jurídica</b>	É prerrogativa básica de entidades de direito privado. Mas o decreto Lei 236 não veda que entidades de direito público, inclusive universidades, possam prestar serviço de caráter comercial. A política adotada pelo Ministério das Comunicações, entretanto, passou a impedir isso.	Somente entidades de direito público e Universidades e Fundações Privadas podem executar o serviço de televisão educativa. Estas têm o benefício de não dependerem da publicação do edital para viabilização do processo de outorga.
<b>Natureza da Programação</b>	Embora não tenham especificações sobre a programação que, de um modo geral é livre, são obrigadas, por norma regulamentar, a transmitir até cinco horas semanais de “programas educacionais”, nos “horários compreendidos entre as 7 (sete) e as 17 (dezessete) horas”.	É destinada exclusivamente à veiculação de “programas educacionais”, com a rígida interpretação de que isto se dará “mediante a transmissão de aulas, conferências, palestras”.
<b>Forma de Financiamento</b>	Não tem restrição às suas operações comerciais e pode recorrer ao mercado publicitário.	É definida como sem caráter comercial e está impedida de veicular, direta ou indiretamente, qualquer forma de publicidade ou menção a patrocínio nos programas. Deste modo, impedida de disputar as verbas do mercado publicitário, só pode ser financiada por recursos públicos ou eventuais doações.

Fonte: Relatório “Conceito de Radiodifusão Pública” (EPCOM, 2002, p. 16 apud BUENO, 2004, p; 15-16)

### 3.1 Televisão educativa, televisão estatal, televisão pública

Embora comumente utilizados como sinônimos para o sistema de televisão não comercial, os adjetivos educativa, estatal e pública apresentam diferenças. Conceitualmente,

a estrutura (não apenas gestora, mas de conteúdo) de uma televisão pública e uma televisão estatal é diferente, apesar de termos no Brasil apenas exemplos de televisões estatais, que ainda estão a caminho de uma gestão que as transforme em emissoras públicas. É a forma de gestão o que constitui essas diferenças. Então, a questão sistema público versus sistema estatal aqui se coloca acima até mesmo da sempre ferrenha discussão televisão pública versus televisão privada, ou comercial (BUENO, 2004, p. 12).

Aliás, a perspectiva de que, no Brasil, as emissoras não comerciais se aproximam mais do conceito de estatal que de público ganha força na literatura sobre o assunto. Esse lado entende não haver

juridicamente, a figura da televisão pública, mas sim a televisão estatal e educativa. No entanto, há um movimento tanto da sociedade como dos profissionais e dos dirigentes que hoje estão nas emissoras educativas e estatais para que a televisão estatal e a educativa se transformem em emissoras públicas (TORVES, 2007, p. 116).

Seguindo-se esse raciocínio, as “tevéis educativas estariam enquadradas como públicas, entretanto todas são sustentadas pelos estados da federação e podem ser classificadas como estatais” (TORVES, 2007, p. 90). Em contraposição, a formatação da BBC (British Broadcasting Corporation) é um excelente modelo de gerência de uma emissora que se proponha à administração pública (BUENO, 2004). O jornalista Alberto Dines, em texto publicado no site Observatório da Imprensa, do qual é editor responsável, afirma que a emissora britânica nada tem de estatal.

Seus recursos são oriundos de uma taxa compulsória cobrada de todos os cidadãos britânicos que dispõem de aparelhos de rádio e de TV. Quem administra a BBC são seus funcionários, tidos como os melhores do Reino Unido. Não há interferências: o público paga e ao público é oferecida em contrapartida: uma programação de altíssimo nível, livre de qualquer interferência política, econômica, social ou filosófica. Ao Estado inglês cabe a tarefa de recolher a taxa e encaminhá-la à British Broadcasting Corporation (DINES, 2003).

Contudo, a aproximação dos cidadãos com o processo televisivo deve estar relacionada ao interesse público e não, necessariamente, ao interesse do público. Isso significa dizer que essa aproximação “não pode ser confundida com a procura dos veículos de televisão como solução de problemas (para conseguir dinheiro, casa própria, exames de DNA, etc)” (BUENO, 2004, p. 12-13). A ideia expressa é que tal espetacularização não corresponde ao papel de uma emissora pública, educativa, estatal.

O pensamento apresentado é corroborado pelo economista chileno Diego Portales Cifuentes (2002), que também fala sobre a gestão de emissoras de televisão públicas. Para ele, a geração, o controle e a remoção de autoridades de seus cargos na televisão pública não deve depender diretamente do chefe do governo, pois a conduta tenderá a seguir a orientação dada por esse governo e se tornaria uma televisão governamental. “Caso contrário, se no processo de geração, controle e remoção das autoridades da empresa, intervierem órgãos plurais e representativos do Estado, será possível dar autonomia à empresa com relação ao poder e aos interesses imediatos do governo” (CIFUENTES, 2002, p. 129). O autor entende, ainda, que, se a opinião pública valoriza a televisão pública autônoma, exigindo dela elevados padrões de qualidade e profissionalismo, é grande a possibilidade de os objetivos da televisão pública serem cumpridos.

Esses fundamentos se realizam na autonomia da televisão pública, tanto do Governo como de todos os poderes constituídos, para que seja o local onde aconteçam os projetos de comunicação plurais, diversificados e de qualidade e da cidadania, pois esta deve ser a perspectiva de uma televisão pública (TORVES, 2007, p. 105).

O pesquisador chileno ainda trata da aproximação do público com a audiência. Ele entende que conseguir um desempenho econômico favorável é a única garantia material para a estabilidade da experiência de uma TV pública em longo prazo.

Uma televisão pública pode e deve promover programas para públicos específicos, ou que não consigam um financiamento integral. A tarefa da administração será compatibilizar o financiamento do “todo” com a realização daquelas “partes” deficitárias que contribuem para o melhor cumprimento da sua missão (CIFUENTES, 2002, p. 130).

Para ele, portanto, como se pode ver, resultado econômico favorável não é o mesmo que maximizar sempre os níveis de audiência, as receitas e os lucros.

### 3.2 As finalidades da televisão pública

É importante avançar no tema das televisões públicas, estatais, governamentais para que se entenda, além de como surgiram, a razão de existirem. Afinal, há alguns objetivos que justificam a existência dessa televisão não comercial. Para Rincón (2002), a ideia de televisão pública é privilegiar justamente o caráter público desse meio, superar sua visão comercial e ganhar densidade como cidadã. E o autor vai além, ao lado de Jesús Martín-Barbero, espanhol-colombiano, e Germán Rey, colombiano, (2002, p. 30). O trio escreve uma declaração daquilo que imaginam ser uma televisão pública cultural e de qualidade. Os dez princípios são listados a seguir.

1. A televisão pública interpela o cidadão, enquanto que a televisão comercial fala ao consumidor.
2. A televisão pública deve ser o cenário do diálogo nacional intercultural.
3. A televisão pública deve promover o universal, que não passa pelo comercial.
4. A televisão pública deve deixar de se programar como uma sequência linear e curricular da escola, para ganhar o processo e o fluxo próprios das narrativas audiovisuais.
5. A televisão pública deve fazer programas de grande impacto, que se tornem fatos sociais e mereçam ser reprisados.
6. A televisão pública deve recuperar os aspectos prazeroso, significativo, sedutor e afetivo que promovem a televisão, a cultura e a educação.
7. A televisão pública deve ampliar as possibilidades simbólicas de representação, de reconhecimento e de visibilidade para a construção da cidadania, da sociedade civil e da democracia.
8. A televisão pública deve ser uma experiência cultural em si mesma, porque promove expressão, sensibilidades e sentidos.
9. A televisão pública deve formar os telespectadores tanto no âmbito da leitura crítica das imagens como no do controle cidadão sobre as mensagens audiovisuais que são exibidas em toda a televisão.
10. A televisão pública deve se programar e se produzir por meio de um chamado público, através de processos de alocação de espaços transparentes e participativos, coerentes com as políticas culturais de comunicação e educação de cada país, e baseados nos méritos dos realizadores e produtores (RINCÓN, 2002).

Mais resumidamente, podem ser apresentados cinco eixos fundamentais do conceito de televisão pública: “a democracia, a cidadania, a visibilidade dos atores sociais, a linguagem audiovisual e os gêneros e os discursos que esta televisão deve ter e experimentar” (TORVES, 2007, p. 105).

Para Martín-Barbero, os países precisam, como nunca precisaram, da existência clara e operante de uma televisão pública, a qual, para ele, é aquela que interpela o público, incluído o consumidor enquanto cidadão. O espanhol-colombiano entende que a televisão é, atualmente, um importante espaço para o surgimento e desenvolvimento de novas cidadanias. Ainda, um espaço de acolhimento das múltiplas figuras de cidadania, que, na maioria da

programação e da publicidade em televisões privadas, não encontra representação que não seja pejorativa ou excludente. O autor defende que tudo aquilo que convoca os cidadãos a exercerem sua cidadania encontra espaço na televisão pública.

Em meio à experiência de desenraizamento que vivenciam tantos de nossos povos, a cavalo entre o universo camponês um mundo urbano, cuja racionalidade econômica e informativa dissolve seus saberes e sua moral e desvaloriza sua memória e seus rituais, falar de participação é juntar, de maneira inextricável, o direito ao reconhecimento social e cultural, ao direito à expressão de todas as sensibilidades e narrativas nas quais se amoldam a criatividade política e cultural de um país (MARTÍN-BARBERO, 2002, p.58).

Outro traço da televisão pública apresentado por Martín-Barbero é a “recriação audiovisual dos relatos onde se conta a cultura comum” (MARTÍN-BARBERO, 2002, p. 61). Na prática, significa contar, na televisão, a identidade ou as diferentes identidades culturais de uma região. Para ele, a uma polissemia no verbo contar é supersignificativa:

para que a pluralidade das comunidades culturais que constitui a cultura comum de um país seja politicamente considerada, é indispensável que possa ser-nos contada, narrada. Contada em cada um de seus idiomas, e ao mesmo tempo na linguagem multimídia que hoje os atravessa, mediante um duplo movimento: o das traduções - do oral ao escrito, e dos dois para o audiovisual, e esse outro, ainda mais ambíguo, mas igualmente construtivo, que é o das apropriações e mestiçagens (MARTÍN-BARBERO, 2002, p. 62).

Os afazeres de qualquer empresa pública e, conseqüentemente, de televisões públicas e seus programas, são destacados pelo economista chileno. São eles a “procura da unidade e integração, a partir da diversidade e o pluralismo, o respeito à dignidade de todos os seres humanos, o estímulo à liberdade, a criatividade e a inovação e a orientação para a qualidade” (CIFUENTES, 2002, p. 129). O autor entende que esses elementos citados evidenciam a ideia de que a televisão pública busca maximizar o seu serviço público, ao contrário da ideia da televisão privada, que é maximizar os ganhos.

Nos programas das televisões públicas devem ser expressadas toda a diversidade que constitui a nação. Isso porque a empresa privada tem a opção legítima de expressar o ponto de vista de seus donos, o que implica a inclusão de um setor da sociedade e a exclusão de outro, segundo o chileno. “Na medida em que o setor, pelas suas características técnicas e econômicas, não admite uma ampla diversidade de emissoras, a televisão pública se justifica para se construir em garantia de expressão da diversidade” (CIFUENTES, 2002, p. 131).

Outro item destacado acerca da relevância dos programas de emissoras públicas é a cobertura nacional que esses meios podem ter e a capacidade de expressão descentralizada da comunidade nacional. Ele explica que, apesar de a empresa privada ter interesse em uma ampla cobertura dos acontecimentos, com o fim de conseguir grandes audiências, ela não está interessada em investir para chegar até áreas muito afastadas e com baixa densidade populacional. Contudo,

chegar a esses locais faz parte do compromisso estabelecido na missão da televisão pública. (...) A televisão pública, quer através de canais regionais autônomos, quer através de centros regionais interligados à rede nacional, pode reverter essa tendência, abrindo espaços para a presença de todas as regiões do país (CIFUENTES, 2002, p. 132).

Um terceiro tópico listado para justificar a existência de televisões públicas e de seus programas é a possibilidade de experimentação, a inovação e a atenção destinada por essas emissoras aos públicos minoritários. Ele esclarece a razão que o faz pensar assim. “A opção lógica de qualquer canal de televisão é privilegiar os gêneros e os estilos de programação de maior demanda e com formatos comprovados” (CIFUENTES, 2002, p. 132), o que tenderia a tornar toda a programação monótona e superpadronizada. Então, o autor conclui que a televisão pública pode e deve buscar a atender a demandas de minorias, sem que isso implique, necessariamente, atrair a atenção de públicos maciços para tais novos programas.

### **3.3 Os gêneros televisivos em emissoras públicas**

A televisão, seja ela comercial ou não comercial, pública, educativa, cultural, é dividida por fragmentos que, compostos, formam a programação. Essa programação, por sua vez, é formada por diferentes grupos de atrações, que têm sentido em si, chamados de gêneros.

Os gêneros podem ser entendidos como conjuntos de convenções compartilhadas, não apenas com outros textos pertencentes a um mesmo gênero, mas também entre textos e públicos (audiências), textos e produtores, produtores e audiências. Trata-se de um intercâmbio, de uma mediação (conhecida, tacitamente aceita), que conta com o consenso cultural (MAZZIOTTI, 2002, p. 205).

Na televisão, os gêneros dos programas ou segmentos de programas podem ser divididos em algumas categorias. São elas, de acordo com Mazziotti (2002, p. 211) a

informação (noticiários, entrevistas, análises e comentários, educativo, religioso), esportes (transmissão, jornalístico), entretenimento e ficção (filmes, telefilmes, série, telenovela, comédia, drama, humor e desenhos) e variedades (jogos, concursos, musicais, interesse geral, culinária, documentário, talk show, reality show, televerdade).

A pesquisadora argentina alerta, contudo, que nem todos esses gêneros devem estar presentes em uma televisão pública. Ela cita, então, três postulados sobre os quais devem se acomodar os discursos que tenham como objetivo a construção da cidadania. Primeiramente, estar baseada e focada em uma programação de qualidade. Em segundo lugar, buscar ocupar o espaço deixado vago pela televisão comercial. E, por fim, levar em consideração a diversidade cultural, a tolerância e a abertura para outros sujeitos culturais.

Para além dos gêneros televisivos, Mazziotti (2002, p. 217) explica quais devem ser os compromissos dos programas informativos em emissoras públicas. “A agenda de um informativo, numa televisão pública, deve tender ao conhecimento e à integração dos países da região. Contar com informação local, regional, ou por blocos de países”.

A autora defende, afinal, que a informação não deve se resumir à apresentação de dados, e sim “pensada como um insumo, um equipamento que é útil para a tomada de decisões e que se vincula às experiências de outros povos, outros cidadãos, e que possa servir em outros contextos (MAZZIOTTI, 2002, p. 217).

### **3.4 Exemplos no Brasil**

No país, existe a Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Ela foi criada por meio da Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008 com o objetivo de fortalecer o sistema público de comunicação. É vinculada à Casa Civil da Presidência da República. Conforme a legislação, a finalidade da EBC é “a prestação de serviços de radiodifusão pública e serviços conexos” (BRASIL, 2008).

O site da Empresa Brasil de Comunicação apresenta uma seção institucional, intitulada Sobre a EBC, na qual expõe algumas características da instituição. Nessa área, por exemplo, é definida como uma “instituição da democracia brasileira: pública, inclusiva, plural e cidadã” (EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO, [2017?]). Ainda, são apontadas todas as instituições da qual a EBC é gestora:

TV Brasil, TV Brasil Internacional, Agência Brasil, Radioagência Nacional e do sistema público de Rádio, composto por oito emissoras: Rádio Nacional

AM do Rio de Janeiro (1.130 KHz), Rádio Nacional AM de Brasília (980 KHz), Nacional FM de Brasília (96,1 MHz), Rádio MEC AM do Rio de Janeiro (800 KHz), MEC FM do Rio de Janeiro (99,3 MHz), Rádio Nacional da Amazônia OC (11.780 KHz e 6.180 KHz), Rádio Nacional AM do Alto Solimões (670 KHz) e Rádio Nacional FM do Alto Solimões (96.1 MHz) (EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO, [2017?]).

Na mesma página na internet, a EBC destaca a independência editorial que diz ter e que, por isso, é uma emissora que se diferencia dos canais estatais ou governamentais. “Os veículos da EBC têm autonomia para definir produção, programação e distribuição de conteúdos. Atualmente, são veiculados conteúdos jornalísticos, educativos, culturais, esportivos e de entretenimento” (EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO, [2017?]).

Por fim, informa que a rede de emissoras da empresa busca levar informação de qualidade sobre os principais fatos do Brasil e do mundo para o maior número possível de pessoas e, conseqüentemente, aumentar a relevância que têm e a audiência que obtém.

Além da TV Brasil, o país conta com a TV Cultura de São Paulo, que faz parte da Fundação Padre Anchieta e é vinculada ao estado de SP. Ela é uma das mais importantes do país e é a emissora que mais se aproxima de uma televisão pública no Brasil (TORVES, 2007, p. 92).

No Rio Grande do Sul, há a TVE-RS, gerida pela Fundação Cultural Piratini e vinculada ao governo do estado. Foi criada em 1968, no canal 7, com o objetivo de ser um canal exclusivamente educativo. Foi inaugurada oficialmente, porém, em 1974. Em 29 de março daquele ano, aconteceram as primeiras transmissões em circuito aberto (FUNDAÇÃO CULTURAL PIRATINI, [2017?]).

## **4 TVE RS, A EMISSORA EDUCATIVA DO RIO GRANDE DO SUL**

### **4.1 Surgimento e história**

Os primeiros passos para a criação de uma emissora de televisão educativa no Rio Grande do Sul começaram em 1961. Naquele ano, o governo federal deu início à estruturação de uma rede de emissoras educativas espalhadas pelo Brasil. No Estado, o projeto foi liderado pela Secretaria da Educação e Cultura (FUNDAÇÃO CULTURAL PIRATINI, 2011). A TVE RS foi criada sete anos depois, em 1968, ocupando o canal 7, com o objetivo de ser um canal exclusivamente educativo. “A concessão para a implantação de uma televisão educativa em Porto Alegre ocorreu em 21 de junho de 1968, através do decreto 92.822” (BUENO, 2004, p. 20). Nesse mesmo ano, empresas inglesas forneceram os primeiros equipamentos para iluminação e captura e edição de vídeo.

A partir de 1968, as necessidades técnicas e estruturais para a implantação do canal foram estudadas. “A demora para o início das transmissões se deu principalmente por problemas na arquitetura do prédio que havia sido erguido especialmente para isso, onde hoje funciona a Fundação Zoobotânica do Estado, situada na Avenida Salvador França, em Porto Alegre” (BUENO, 2004, p. 20). Em 1973, o governo do RS e a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, a PUCRS, fizeram uma parceria para dar início às operações da TVE no campus da universidade. Com isso, a emissora, além de oferecer programação educativa, serviu como laboratório para os alunos do curso de jornalismo da instituição (FUNDAÇÃO CULTURAL PIRATINI, 2011).

Oficialmente, portanto, a TVE é inaugurada apenas em 1974, seis anos após ser criada. Ela passou a operar por meio do Centro de Televisão Educativa, o Ceteve, sediada no prédio da Faculdade dos Meios de Comunicação Social (Famecos) da PUCRS. “Na produção desses programas com cunho educativo, estavam os estudantes de jornalismo da Universidade. Em 1979 aumentou a produção local de programas educativos, culturais e instrutivos” (BUENO, 2004, p. 20).

Em 1980, acontece um incêndio do prédio da Famecos, o que obriga a emissora a transferir suas instalações para a sede da antiga TV Piratini, da Rede Tupi. “A transferência ocorreu em junho de 1981 e é neste endereço, na Corrêa Lima, número 2118 que a TVE permanece até hoje” (BUENO, 2004, p. 20). Ainda em 1981, é criada uma fundação autárquica para dirigir a operação da TVE. Ela foi chamada de Fundação Televisão Educativa

e era vinculada à Secretaria de Educação do Estado (FUNDAÇÃO CULTURAL PIRATINI, 2011).

O ano de 1982 marca o início de um processo de reformulação da emissora, técnica e fisicamente. A transmissão dos programas passa a ser em cores, e novos estúdios são inaugurados. Além disso, em “18 de junho, o estatuto foi modificado e, pelo Decreto 30.735 a personalidade jurídica da TVE foi transformada para uma Fundação de Direito Privado” (BUENO, 2004, p. 21). Nesse mesmo período, em parceria com a Companhia Riograndense de Telecomunicações, a CRT, a programação da emissora passou a chegar a outros municípios que não Porto Alegre, como Santa Maria, Bagé, Santa Cruz do Sul e Cruz Alta. Em 1985, o nome da fundação é alterado e passa a ser Fundação Televisão Educativa Piratini, FTPEP, em alusão aos 150 anos da Revolução Farroupilha (FUNDAÇÃO CULTURAL PIRATINI, 2011).

Até então sempre subordinada à pasta da Educação - primeiramente, à Secretaria de Educação e Cultura e, depois, à Secretaria de Educação, só em 1987 a emissora passa a ser vinculada à Secretaria da Cultura, Esporte e Lazer. Entre as mudanças, novamente mudança de nome: a fundação passa a se chamar Fundação Piratini Rádio e Televisão Educativa. Em segundo lugar, a programação pedagógica foi reduzida, abrindo mais espaço para atrações culturais (FUNDAÇÃO CULTURAL PIRATINI, 2011).

Em 1990 e em 1991, dando seguimento ao objetivo de se desvincular do caráter educacional e de se aproximar de um estilo cultural, a agora Fundação Rádio e Televisão Educativa, que mudou de nome novamente, firma acordo com a Fundação Padre Anchieta de São Paulo - TV Cultura.

A TVE-RS começava uma nova etapa na tentativa de ser uma emissora pública, ao mesmo tempo em que diminuía a programação da TVE Rio, que tinha um perfil governamental e aumentava a exibição de programas da TV Cultura de São Paulo, que tinha uma proposta mais independente em relação ao governo (TORVES, 2007, p. 135).

Ainda na década de 1990, novas importantes mudanças na estrutura da fundação, instituídas pela Lei nº 10.535, de 8 de agosto de 1995. Entre as novidades, a nomenclatura: deixava de se chamar Fundação Rádio e Televisão Educativa e ganhava a denominação Fundação Cultural Piratini - Rádio e Televisão. Além disso, estabelecia que estaria vinculada à Secretaria de Cultura e definia a natureza e as finalidades da fundação:

a) a defesa e o aprimoramento integral da pessoa humana; b) a valorização dos bens constitutivos da nacionalidade brasileira, no contexto da compreensão dos valores universais; c) a valorização das peculiaridades regionais e do folclore de nosso Estado; d) a criação, produção, distribuição e difusão de produtos culturais, educativos, artísticos e informativos; e) a divulgação das atividades culturais de artistas gaúchos, em seus programas de rádio e televisão, em percentual a ser estabelecido pelo Conselho Deliberativo; f) a promoção e a conscientização pública para proteção do meio ambiente (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 1995).

Além disso, a fundação seria dirigida pelo Conselho Deliberativo e pela Diretoria Executiva. e, de acordo com a Lei nº 10.536, do mesmo dia, o conselho seria composto por 26 membros participantes da comunidade intelectual, de entidades da sociedade e de órgãos estatais. Voltando à Lei nº 10.535, outra novidade importante: a TVE, e a FM Cultura - 107,7, que compunha a Fundação Cultural Piratini desde 1998, estavam liberadas para receber apoio cultural de empresas privadas, podendo aumentar a capacidade produtiva da emissora. O artigo 16 da lei detalha detalha com quais recursos a fundação contará, e segundo dos quatro itens explica: “contribuições, subvenções, auxílios, doações da União, do Estado, dos Municípios e respectivas autarquias, sociedades de economia mista, empresas públicas e privadas” (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 1995).

Por curiosidade, seguindo no avanço da história da TVE, a Fundação Cultural Piratini e a Empresa Brasil de Comunicação, a EBC, firmaram convênio em 2011. Por meio dele, ficava permitida a transmissão e a troca de conteúdo entre as duas emissoras (FUNDAÇÃO CULTURAL PIRATINI, 2011).

Embora não lhe faltem detratores, como o jornalista Sérgio Jockmann, que já chegou a proclamar ‘o dispendioso fracasso da nossa televisão educativa’, a TVE/RS ostenta em seu currículo premiações de inúmeras entidades respeitadas – da Associação Rio Grandense de Imprensa à Unesco – e, contra todos os obstáculos, sobrevive divulgando a cultura local e cumprindo papel relevante para a democratização dos meios de comunicação no Estado (SARTOR, 2003).

É por isso que, para Sartor (2003), a Televisão Educativa do Rio Grande do Sul tem espaço conquistado entre a população gaúcha.

## 4.2 Situação em 2017

Quarenta e três anos depois de inaugurada, a situação da TVE RS é confusa. Em 16 de janeiro de 2017, o governador do Rio Grande do Sul, José Ivo Sartori, sancionou o Projeto de Lei nº 246/2016, que autoriza a extinção de seis fundações de direito privado da administração pública indireta do Estado. Além da Fundação Cultural Piratini - TVE e FM Cultura, estão na lista a Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, a Fundação de Ciência e Tecnologia - Cientec, a Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser - FEE, a Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos - FDRH e a Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional - Metroplan (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2016). Na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, o projeto foi aprovado com 30 votos favoráveis e 23 contrários em 21 de dezembro de 2016. De acordo com o Poder Executivo, a “medida busca dar continuidade às reformas na estrutura da Administração Pública do Estado, dando cumprimento às metas de controle de despesas de custeio e de reorganização no âmbito da Administração Direta e Indireta do Estado do Rio Grande do Sul” (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2016).

Com o fim da Fundação Cultural Piratini - TVE e FM Cultura decretado, a dúvida da população gaúcha passa a ser o que aconteceria com as outorgas da emissora de televisão e de rádio. Na prática, saber se deixariam de existir. De acordo com o atual presidente da fundação, o jornalista Orestes de Andrade Jr, o fim da fundação não implica o fechamento da TVE e da FM Cultura. “O desafio é manter e melhorar a TVE e a FM Cultura de maneira sustentável: sem custo ou com o menor custo possível para a sociedade gaúcha. Até hoje, a Fundação Piratini sobreviveu exclusivamente com recursos repassados pelo poder público” (ANDRADE JR., 2017)). Segundo o jornalista, a atual estrutura da TVE a faz parecer uma televisão estatal, devido à dependência do governo do Rio Grande do Sul, à centralização, à subordinação financeira, à burocracia administrativa e a programação passível de interferências políticas e de governo. Ainda segundo o presidente, em entrevista ao jornal Zero Hora, o “CNPJ da fundação será extinto e as concessões passarão para a Secretaria de Comunicação” (SCHAFFNER, 2017).

Em 1º de fevereiro de 2017, o sistema de transmissão analógico da TVE para Porto Alegre e Região Metropolitana foi desligado. em cumprimento ao calendário estipulado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. A medida atendia à exigência de conversão de sinal digital das emissoras de TV no Brasil até 2018. Contudo, nas outras

regiões de cobertura da emissora, “onde possui 38 retransmissoras, o sistema analógico segue operando normalmente até 2023, porém para algumas localidades o prazo será em 1º de fevereiro de 2018, quando a legislação prevê o desligamento gradativo em todo o país” (TVE, 2017b). Na TV digital, a TVE opera no canal 30. No site da Agência Nacional de Telecomunicações, é possível consultar a situação da outorga de emissoras de rádio e televisão de todo o Brasil por meio do Sistema de Controle de Radiodifusão, SRD.

Figura 1: TVE Digital - Canal 30

The screenshot displays the ANATEL SRD interface for 'Canal PB'. The 'Identificação do Canal PB' section shows: UF: RS, Município: Porto Alegre, Freqüência: 566 MHz a 572 MHz, Classe: E, Canal: 30. The 'Dados da Entidade' section shows: Entidade: FUNDAÇÃO PIRATINI, Nome Fantasia: TVE, Nº Estação: [blank], Primeiro Licenciamento: [blank], Fidej: 5041040438, CNPJ: 87.809.992/0001-80, Situação: Atenção: Entidade devedora (Não bloqueada), Último Licenciamento: [blank].

Fonte: Agência Nacional de Comunicações (2017a).

No que diz respeito à emissora de rádio, segundo o presidente da Fundação Cultural Piratini, em 2006 foi encaminhado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações o pedido de renovação da outorga referentes aos períodos de 24 de junho de 1995 a 24 de junho de 2015. Depois, em “20/11/2015, foi reiterado o pedido de renovação de outorga 24/06/2005 a 24/06/2015 e 24/06/2015 a 24/06/2025, cujo processo foi autuado sob o nº 53900.064139/2015-99” (TVE, 2017a).

Figura 2: FM Cultura – Data de vencimento da outorga

The screenshot displays the ANATEL SRD interface for 'Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM'. The table below lists the licenses for various radio stations in Porto Alegre, RS.

Entidade	Município	Data Outorga	Validade
DIGITAL RADIODIFUSAO LTDA	Porto Alegre	13/07/2008	13/07/2018
FUNDAÇÃO PASTORAL INTER MIRIFICA	Porto Alegre	30/09/1988	30/09/1998
FUNDAÇÃO PIRATINI	Porto Alegre	24/06/1995	24/06/1995
NORTE SUL RADIODIFUSAO LTDA	Porto Alegre	19/03/2005	19/03/2015
RADIO ATLANTIDA FM DE PORTO ALEGRE LTDA	Porto Alegre	19/03/2005	19/03/2015
RADIO E TELEVISAO BANDEIRANTES LTDA	Porto Alegre	06/07/2007	06/07/2017
RADIO E TV PORTOVISÃO LTDA	Porto Alegre	05/12/2004	05/12/2014
RADIO GUABA LTDA	Porto Alegre	09/08/1996	09/08/1996
RADIO ITAPEMA FM DE PORTO ALEGRE LTDA	Porto Alegre	01/05/1994	01/05/2004
RADIO PIONEIRA STEREO LTDA	Porto Alegre	01/05/2004	01/05/2014
RADIO PORTO ALEGRE FM LTDA	Porto Alegre	27/09/1988	27/09/1998
RADIO UNIVERSITARIA METROPOLITANA LTDA	Porto Alegre	01/05/1994	01/05/2004

At the bottom of the screenshot, it shows: Usuário: 02666007006 - JULIANO ZAREMBSKI DA SILVA, Data: 18/06/2017, Hora: 22:11:39, Registro 1 até 12 de 12 registros, and Página: [1] [Tr] [Reg] [ ]

Fonte: Agência Nacional de Telecomunicações (2017b)

### 4.3 Programação

Atualmente, conforme o site da TVE, a emissora tem 15 programas próprios. Curta TVE, exibido às quartas-feiras, às 22h30min; Debate TVE, às terças e às sextas-feiras, às 20h15min; Ecodesafio, às quintas-feiras, à meia-noite e às 14h; Estação Cultura, de segundas a sexta-feiras, às 13h30min; Faces, às sextas-feiras, às 22h30min; Frente a Frente, às quintas-feiras, às 23h; Galpão Nativo, aos domingos, às 8h; Nação, às sextas-feiras, às 23h; Obra Prima, aos domingos, às 14h; Pandorga, de segundas a sextas-feiras, às 16h15min; Panorama TVE, de segundas a sextas-feiras, às 19h30min; Plano de Jogo, de segundas a sextas-feiras, às 19h; Radar, de segundas a sextas-feiras, às 18h; TVE Esportes, às segundas-feiras, às 20h15min; e TVE Repórter, às quintas-feiras, às 22h30min. Ainda, o programa Rio Grande Rural também integra a grade de produção local da emissora. A diferença, contudo, é que ele é produzido pela Ascar/Emater, sendo exibido em parceria com a TVE. A exibição acontece aos domingos, às 7h.

Além disso, em 2011, um convênio foi firmado entre a Fundação Cultural Piratini e a Empresa Brasil de Comunicação, por meio do qual ficava permitida a transmissão e a troca de conteúdo entre as duas emissoras (FUNDAÇÃO CULTURAL PIRATINI, 2011). Dessa forma, atrações como Retratos da Fé, Tela Rural, Cozinha Amazônia, Espaço Público, Repórter Brasil, Fique Ligado, Nova África, Sem Censura, Visual, Diálogo Brasil, Caminhos da Reportagem, entre outros, são transmitidos também à população gaúcha.

A programação da TV Cultura, de São Paulo, também faz parte do conteúdo exibido pela TVE RS. Como citado anteriormente, essa parceria existe desde o início da década de 1990. Assim, algumas produções da emissora paulistana também chegam às gaúchas e aos gaúchos. Entre elas, Jornal da Cultura, Roda Viva, Café Filosófico, Vila Sésamo, Metropolis, Detetives do Prédio Azul, Samba na Gamboa etc.

Desde abril deste ano, ainda, a emissora divide a programação em algumas faixas e mantém a produção local no chamado horário nobre, de segunda a sexta-feira, entre as 18h e as 22h. Às 18h, se inicia a faixa da cultura, com a exibição do Radar e do Estação Cultura. Em seguida, são exibidos o Plano de Jogo, na faixa de esportes, e o Consumidor em Pauta, na faixa de serviço. Entre 19h30min e 21h, é a vez da faixa do jornalismo, em que são exibidos o Panorama TVE e o Debate TVE. Das 21h às 22h, conclui-se o agrupamento da produção local com a faixa premiada. Nela, ganham destaque os programas TVE Repórter, Faces, Frente a Frente, Nação e Curta TVE, um a cada dia da semana. As mudanças na grade de programação surgiram em alusão aos 43 anos de atividades da TVE, celebrados em 29 de março

(FUNDAÇÃO CULTURAL PIRATINI, 2017). De acordo com o presidente da Fundação Cultural Piratini, Orestes Andrade Jr., a nova programação da emissora foi discutida com funcionários em diversas reuniões. “O objetivo é ter uma programação informativa dinâmica, instigante, democrática, plural e culturalmente diversa, que tenha impacto real na vida das pessoas e que seja útil” (ANDRADE JR., 2017).

## 5 PERCURSO METODOLÓGICO

### 5.1 TVE Repórter: a história do programa

O TVE Repórter surgiu em 2000. Em 31 de outubro de 2012, depois de um hiato sem exibição, voltou à programação da emissora. Como dito anteriormente, é exibido todas as quintas-feiras, às 22h30, na faixa nobre do canal. Até 7 de julho de 2017, última data possível para finalização deste trabalho, 132 programas diferentes já terão sido transmitidos. A lista com a íntegra de cada um, desde a volta à grade de programação, está disponível no canal da TVE RS no YouTube.

De acordo com a página do TVE Repórter, “O programa realiza grandes reportagens, buscando aprofundar a reflexão sobre temas globais, vistos a partir do ponto de vista de cases no Estado. Único do gênero no Rio Grande do Sul, o programa tem como marca a profundidade e a diversidade de temas” (TVE, [2017?]). Inclusive, complementa Léo Flores Vieira Nuñez, editor-chefe do programa,

Sempre, sobre qualquer tema, procuramos mostrar um assunto com os mais diferentes enfoques dentro da limitação de 25 minutos de produção. Ao mostrarmos um assunto, também procuramos fontes que discordam ou têm visões diferentes. Isto torna o programa mais plural, dando ao telespectador a possibilidade de perceber o assunto de pelo menos mais de um lado (NUÑEZ, 2017).

Durante esse período de existência, algumas vezes já foi premiado. Em outubro de 2016, conquistou o Prêmio de Educação para o Trânsito da EPTC, a Empresa Pública de Transporte e Circulação de Porto Alegre, por reportagem sobre os desafios da mobilidade urbana (GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2016). Um ano antes, em outubro de 2015, venceu o 5º Prêmio Amrigrs de Jornalismo, da Associação Médica do Rio Grande do Sul, com matéria sobre a medicalização na infância (TVE, 2015). Em dezembro de 2014, também fora reconhecido pelo Prêmio Jornalismo do Ministério Público com matéria sobre as condições e a vida de adolescentes no Casef, o Centro de Atendimento Socioeducativo Feminino, da Capital (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2014). O programa de reestrela do TVE Repórter também foi premiado: em 2012, a reportagem sobre portadores de Hanseníase que decidiram continuar vivendo no Hospital Colônia Itapuã, em Viamão, venceu o Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo,

Movimento de Justiça e Direitos Humanos (GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2012).

As pautas preferenciais do TVE Repórter estão ligadas a questões sociais. Assuntos como imigrantes haitianos, aborto, HPS, adoção, questões relacionadas à moradia. Assuntos que envolvam lutas sociais, preconceitos, problemas sociais. Mas nem sempre seguimos esta ideia. Também abordamos assuntos relacionados a comportamento, saúde e educação (NUNEZ, 2017).

Além das reportagens premiadas, que tratam sobre questões sociais e saúde, o TVE Repórter já exibiu reportagens sobre espiritualidade e psiquiatria, mercados públicos, economia compartilhada, cultura do estupro, lixo urbano, entre outros. Ainda, “Desde 2015 vem produzindo alguns episódios em parceria com emissoras do interior, ampliando a abrangência da reportagem, mostrando histórias e fatos de diversos pontos do Estado” (TVE, [2017?]).

## 5.2 Metodologia

Conforme dito na introdução desta monografia, este trabalho tem como objetivo descobrir se o programa jornalístico de televisão TVE Repórter cumpre o que se espera de um programa produzido por e veiculado em uma emissora pública de televisão. Para chegar a este fim, portanto, utiliza-se como metodologia a análise de conteúdo, conforme apresentada por Laurence Bardin (2010), para quem a metodologia se organiza em três etapas: 1) a pré-análise, 2) a exploração do material e 3) o tratamento dos resultados, isto é, a inferência e a interpretação.

A pré-análise, segundo a autora, é a fase de organização propriamente dita e corresponde “a um período de intuições, mas tem por objectivo tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise” (BARDIN, 2010, p. 121). Nesta etapa, acontece o que a autora chama de leitura flutuante, que “consiste em estabelecer o primeiro contato com os documentos a analisar e em conhecer o texto deixando-se invadir por impressões e orientações” (BARDIN, 2010, p. 122). Uma busca por leituras sobre televisão pública, história da TVE e sua programação fizeram parte desta etapa, a fim de ampliar o conhecimento sobre a linguagem do programa, bem como para conhecer os assuntos que aborda, para, posteriormente, definir quais edições comporiam a análise. O canal

da TVE no YouTube hospeda programas desde 2012. É nessa plataforma que as edições do programa são divulgadas na internet – o próprio site do jornalístico direciona o internauta para lá.

O passo após a leitura flutuante é a escolha dos documentos, isto é, a definição de um corpus. “O corpus é o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos” (BARDIN, 2010, p. 22). A definição desse corpus, contudo, deve obedecer algumas regras. A primeira delas é a da exaustividade, segundo a qual, “uma vez definido o campo do corpus (entrevistas de um inquirido, respostas a um questionário, editoriais de um diário de Paris entre tal e tal data [...])” (BARDIN, 2010, p. 122), não se pode excluir qualquer elemento que o componha, isto é, tudo, dentro do recorte feito, deve aparecer na análise. A segunda regra é a da representatividade, que diz que a análise pode ser feita através de uma amostra, contanto que o material corresponda a uma parte representativa do universo inicial.”Neste caso, os resultados obtidos para a amostra serão generalizados ao todo” (BARDIN, 2010, p. 123). Por sua vez, a regra da homogeneidade define que “os documentos retidos devem ser homogêneos, quer dizer, devem obedecer a critérios precisos de escolha e não apresentar demasiada singularidade fora destes critérios de escolha” (BARDIN, 2010, p. 124). Por fim, há a regra da pertinência, cuja ordem é que “os documentos retidos devem ser adequados, enquanto fonte de informação, de modo a corresponderem ao objetivo que suscita a análise (BARDIN, 2010, p. 124).

Tendo acesso às edições do programa TVE Repórter entre os anos de 2012 e 2017 no canal mantido pela emissora no YouTube, este trabalho utiliza a regra da representatividade selecionando uma parte para ser analisada, que, ao final, representará o todo.

Até 2 de julho de 2017, havia 129 vídeos publicados na seção TVE Repórter no canal da emissora no site. Desse total, apenas 65 estão habilitados para a análise, por manterem uma estrutura comum: o programa tem entre 25 minutos e 30 minutos de duração e a íntegra da edição está publicada em apenas um vídeo em vez de estar dividido em duas partes. Além dos casos que não se enquadram nesse recorte inicial, foram excluídos os vídeos que se tratavam apenas de chamadas, ou *teasers*, para as edições completas. A seguir, está a lista dos 65 programas habilitados para análise, antes de ser delimitada a amostra. Eles estão ordenados, cronologicamente, a partir do mais recente até o mais antigo.

Tabela 2 – Lista de edições do TVE Repórter aplicáveis à análise disponibilizadas no YouTube

<b>Logo ali</b> 15/6/2017	Cutelaria 8/6/2017	Pronto-Socorro 1/6/2017
------------------------------	-----------------------	----------------------------

Espiritualidade e Psiquiatria 17/5/2017	Cuidados com Cachorros 10/5/2017	Mercados Públicos 3/5/2017
Rótulos 12/4/2017	Rio Gravataí 5/1/2017	Educação Ambiental em Montenegro 27/11/2016
<b>Tecnologias Assistivas 6/11/2017</b>	Chateau D'eau Cachoeira do Sul 30/10/2016	Economia Compartilhada 9/10/2016
60 Anos da Imigração Italiana 25/9/2016	Câncer 2/9/2016	Parques Tecnológicos do RS 23/8/2016
Atividades Perigosas 14/8/2016	Atletas Olímpicos 31/7/2016	Asilo Padre Cacique 17/7/2016
<b>A Cultura do Estupro 3/7/2016</b>	Caminhos do Lixo 19/6/2016	Senegaleses no RS 12/6/2016
Desemprego 5/6/2016	Azeite de Oliva Gaúcho 29/5/2016	Primeira Infância 8/5/2017
Travestis e Transexuais 1º/5/2016	Jornais mais Antigos 24/4/2016	Cuidados Paliativos 10/4/2016
<b>Rodovia Transbrasiliana 3/4/2016</b>	Porto Alegre 244 anos 20/3/2016	Aborto 13/3/2016
Festa da Uva 6/3/2016	Dengue 24/1/2016	Casa de Cultura Mário Quintana 20/12/2015
Envelhecimento 6/12/2015	Enchentes no RS 28/10/2015	Rodoviária de Porto Alegre 11/10/2015
<b>Cervejas Artesanais 4/10/2015</b>	Vila Flores 27/9/2015	Mobilidade Urbana 16/9/2015
Cinemas de Rua 23/8/2015	Moradores de Rua 30/8/2015	Agricultura e Pecuária no RS 28/5/2015
Antártica 21/6/2015	Turismo de Saúde 14/6/2015	BR 116 7/6/2015
<b>Futebol de Várzea 24/5/2015</b>	Pets 29/4/2015	Medicalização Infantil 15/4/2015
Casa do Artista 8/4/2015	Caminhos do Carnaval 11/2/2015	Hidroviás 14/1/2015
Litoral Norte 7/1/2015	Mulheres x Padrão 17/12/2014	35 anos da Lei da Anistia 10/12/2014
<b>Alto Camaquã 26/11/2014</b>	Saúde da População Negra 19/11/2014	Esporte Adaptado 12/11/2014
Viver em Comunidade 5/11/2014	Indígenas e Instituições 29/10/2014	Saúde Mental 22/10/2014
Desaparecidos 15/10/2014	A relação entre crianças e a cidade de Porto Alegre 8/10/2014	Desperdício 14/11/2012
Reciclar: soluções inteligentes 7/11/2012	Hanseníase 31/10/2012	

Fonte: Elaborado pelo autor.

Listados todos os programas que poderiam compor a amostra da análise, optou-se por selecionar o equivalente a 10% desse total. Isso corresponde a 6,5 programas, número que foi

elevado para sete, para que todos sejam analisados em sua integralidade. Com base na regra da homogeneidade, estabeleceu-se um critério preciso para a definição de quais seriam essas sete edições. A lista foi dividida em seis grupos com nove programas cada e um último grupo, com 11. Dessa forma, cronologicamente, da esquerda para a direita, e de cima para baixo, elegeu-se o primeiro de cada bloco para que compusesse a análise.

Quadro 3: Lista de edições do TVE Repórter que comporão a análise

Logo ali 15/6/2017	Tecnologias Assistivas 6/11/2017	A Cultura do Estupro 3/7/2016
Rodovia Transbrasiliana 3/4/2016	Cervejas Artesanais 4/10/2015	Futebol de Várzea 24/5/2015
Alto Camaquã 26/11/2014		

Fonte: Elaborado pelo autor.

O próximo passo para, adiante, descobrir se as sete edições cumprem o que se espera de um programa de televisão pública é, conforme a regra de homogeneidade, escolher critérios de análise. Com base no apresentado nos capítulos anteriores desta monografia, foram elaboradas cinco perguntas às quais os programas devem responder: 1) Exibe o conteúdo de forma atrativa visualmente, abandonando o didatismo e a linearidade escolares? 2) Amplia as possibilidades de representação e reconhecimento? 3) Conta diferentes identidades culturais de uma região? 4) Serve como insumo e equipamento para a tomada de decisões e presta serviço ao público? e 5) Apresenta conteúdo de área muito afastada e/ou de baixa densidade populacional? As possíveis respostas são *Sim*, *Em parte* e *Não*, de modo que, se ao menos quatro programas responderem *Sim* a três dessas indagações, poder-se-á dizer que o TVE Repórter cumpre, sim, o que se espera de um programa de televisão de emissora pública.

## 6 O CARÁTER PÚBLICO NO TVE REPÓRTER

Nesta seção, serão apresentadas as análises das sete edições selecionadas do TVE Repórter para, posteriormente, apontar se atendem aquilo que se espera de um programa de televisão pública. Eles foram exibidos entre 31 de outubro de 2012 e 15 de junho de 2017.

### 6.1 Logo ali, 15 de junho de 2017

Figura 3: TVE Repórter | TVE - Logo Ali - 15/6/17



Fonte: TVE RS (2017)

Com 26 minutos e 19 segundos de duração, o TVE Repórter - Logo Ali, produzido pela Universidade de Passo Fundo, a UPF, foi ao ar em 13 de junho de 2017. Tendo como gancho o iminente início da alta temporada e das férias de inverno, tem como objetivo apresentar destinos turísticos no Rio Grande do Sul e mostrar ao telespectador que, afinal, a diversão está mais perto que se espera, isto é, “logo ali”.

O primeiro dos dois blocos desta edição do programa se inicia com a reportagem de Júlia Possa, e o destino turístico apresentado é o Vale do Rio das Antas, especificamente a cidade de Bento Gonçalves, na Serra. A repórter vai ao estabelecimento chamado Casa Bucco, que cultiva cana-de-açúcar e produz cachaça, conta a história da matéria-prima e detalha como se transformou em um negócio para a família que o administra - revela, por exemplo, que, no local, são produzidos 80 mil litros de cachaça por ano e que a bebida é exportada para diversos países. Isso contribui para que a população local, que assiste à

programação da TVE RS, dimensione a relevância daquilo que é feito na região em que vive. Outro destaque desta reportagem é a explicação de como a cana-de-açúcar se transforma em cachaça e, ainda, como tudo é feito na localidade apresentada pela reportagem. Tudo isso amplia as possibilidades de representação e de reconhecimento dos moradores com a região em que habitam e com a cultura da qual fazem parte, missão, aliás, de toda televisão pública. Ainda, as imagens dessa primeira parte do programa são diversas e bastante atrativas: mostram as paisagens da região serrada, as áreas verdes, e, em relação ao negócio, exploram a bebida, taças, consumidores, além de produção e armazenamento de cachaça.

Depois de apresentar a localidade no Vale do Rio das Antas, o TVE Repórter - Logo Ali migra da cachaça para o vinho, agora na reportagem de Jean Marmentini. Também situado em Bento Gonçalves, o público passa a conhecer o Ecomuseu da Cultura do Vinho que, de acordo com o texto, tem reconhecimento internacional. Novamente, o programa leva até o público um produto tipicamente local que tem reconhecimento fora do país, ajudando a desconstruir a imagem de que itens estrangeiros são, necessariamente, melhores. Inclusive, uma enóloga e bióloga profissional ensina diferentes características da bebida, levando informação, geralmente restrita, ao grande público, e cumprindo novamente a função da TV pública de levar informação de qualidade aos espectadores.

O roteiro turístico segue pelo Rio Grande do Sul e passa pela estátua do alquimista Pierre Pérignon, monge beneditino, o qual, segundo a reportagem, é um dos responsáveis pela descoberta do champagne - nova informação sobre nova bebida apresentada no programa. Encerrando as opções em Bento Gonçalves, a reportagem mostra a Rota das Cantinas Históricas e convida o secretário municipal de turismo para que informe ao público peculiaridades sobre a atividade turística envolvendo a região. Além disso, em todo esse primeiro bloco, há um resgate histórico das tradições e da cultura dos povos germânico e italiano, imigrantes que ajudam a constituir o Estado como é conhecido atualmente.

O segundo bloco do programa começa migrando da Serra para o Noroeste rio-grandense: agora, no município de Casca. Lá, fica a Vila Evangelista, cercada por costumes e arquitetura italianos. A repórter Isadora Guerra mostra o museu Luigi Pinzetta, criado em homenagem aos imigrantes que ajudaram a construir a localidade. Na matéria, ainda há o depoimento de um empresário e tecnólogo em gestão cultural, que ajuda a informar o público sobre as atrações turísticas da região, e o de uma professora, a qual defende a importância de se valorizar os antepassados. A propósito, tanto no museu Luigi Pinzetta quanto no Museu do Imigrante, os objetos e o mobiliário originais são preservados até hoje, mais um elemento da conservação da cultura local apresentado no programa.

A fazenda Tropeiro Camponez é o próximo destino turístico e fica em Passo Fundo, também no Noroeste. O local é opção de turismo e recreação especialmente para crianças, que se hospedam no local cercado pela natureza e têm contato com animais. Nesta matéria, a repórter Afani Baruffi mostra o trabalho de conscientização ecológica feito com os pequenos turistas - que pode servir como atrativo para os telespectadores pais, os quais saberão que os filhos, além de proporcionarem entretenimento aos filhos, incentivarão aprendizado sobre cidadania. As imagens, nesta parte do programa, seguem o padrão adotado até então: planos abertos, paisagens bonitas, áreas verdes, natureza, águas límpidas. Porém, percebe-se, há trechos que se repetem, o que, para um espectador atento, pode parecer ruído.

O TVE Repórter - Logo Ali encerra o roteiro turístico pelo Rio Grande do Sul em Erechim, também na região Noroeste. É apresentada a Vila Trentin, um empreendimento de hotelaria, entretenimento e culinária que, segundo a reportagem, tem como proposta resgatar as origens do povo italiano. Conforme apresentado, toda a estrutura do local, inclusive os móveis, foi feita com madeira de demolição. Isso é importante de se mostrar porque, assim como no caso anterior, expõe ao público a preocupação ambiental tida pela administração do destino turístico reportado.

O programa, portanto, exhibe conteúdo de forma atrativa, abandonando didatismo e linearidade escolares. Visualmente, esta edição do TVE Repórter está atrativa, tanto pelas imagens utilizadas quanto pela maneira como o programa foi conduzido, isto é, em forma de roteiro, com a utilização de recursos gráficos de mapas, fazendo a experiência do repórter se aproximar o máximo possível da que o telespectador poderia ter. Em poucos momentos, são apresentadas imagens repetidas. Também amplia as possibilidades de representação e de reconhecimento. Nesse caso, o TVE Repórter - Logo Ali, enquanto mostra os destinos turísticos do Rio Grande do Sul, apresenta a forma como todas essas atrações estão ligadas, em sua origem, ao orgulho da população por suas origens germânica e italiana. Ainda, conta diferentes identidades culturais de uma região, já que, conforme dito no item anterior, os negócios citados na reportagem como atrativos turísticos foram empreendidos por donos de diferentes origens, com traços culturais específicos. No caso de um, trata-se da cana-de-açúcar e da cachaça; no de outros, do cultivo do vinho. Esta edição ainda serve como insumo e equipamento para tomada de decisões e presta serviço ao público, porque, do início ao fim, pelo trabalho de reportagem, pelas informações apresentadas, as matérias ajudam na tomada de decisão. Nesse caso, o possível turista assiste, reflete, pondera e decide se, com base no que viu, deseja ou não conhecer as localidades e as culturas que têm e que, afinal, estão próximas a ele. Além disso, presta serviço aos espectadores à medida que detalha, por

exemplo, os recursos oferecidos aos visitantes em cada uma das localidades. Por fim, apresenta, em parte, conteúdo de área muito afastada ou de baixa densidade populacional. Isso porque, embora o programa mostre locais cercados por grandes áreas de natureza, integram a região de municípios densamente populosos, como Passo Fundo e Bento Gonçalves.

Quadro 4: Análise de TVE Repórter – Logo ali

	SIM	EM PARTE	NÃO
1) Exibe o conteúdo de forma atrativa visualmente, abandonando o didatismo e a linearidade escolares	X		
2) Amplia as possibilidades de representação e reconhecimento	X		
3) Conta diferentes identidades culturais de uma região	X		
4) Serve como insumo e equipamento para a tomada de decisões e presta serviço ao público	X		
5) Apresenta conteúdo de área muito afastada e/ou de baixa densidade populacional		X	

Fonte: Elaborado pelo autor.

## 6.2 Tecnologias Assistivas, 6 de novembro de 2016

Figura 4: TVE Repórter | TVE - Tecnologias Assistivas - 06/11/2016



Fonte: TVE RS (2016b)

Mais extenso que o programa anterior, o TVE Repórter - Tecnologias Assistivas tem 30 minutos e 41 segundos de duração e é conduzido pela repórter Livia Guilhermano. A ideia é exibida já no início: mostrar que cada indivíduo é diferente um do outro, com gostos, habilidades e limitações distintas, e que não há qualquer problema em ser assim – ao contrário, todos buscam autonomia e, justamente por isso, devem ter acesso à comunicação, informação, mobilidade e lazer. Cinco personagens são protagonistas desta edição: Rafael, que tem paralisia cerebral; Vinícius, que tem autismo; João Vicente, que tem síndrome de Down; Adilson, que tem deficiência visual; e Cláudio, que tem atrofia muscular cerebral. Todos utilizam a tecnologia assistiva no dia a dia, que, conforme a fisioterapeuta entrevistada Rita Bersch, trata-se da aplicação do conhecimento para a resolução de dificuldades funcionais de pessoas com deficiência. Logo no começo, portanto, é transmitida a ideia de que é necessário que se respeitem as diferenças.

Rafael Lima tem 18 anos e paralisia cerebral. Desde os seis, vive na Casa Menino Jesus de Praga, em Porto Alegre. Para se comunicar com amigos e com profissionais que cuidam de sua saúde, utiliza o computador, selecionando letras em um teclado virtual. Também tem disponível, no computador, categorias em forma de símbolos, que têm a função de informar o que quer fazer ou do que gosta. Há, até mesmo, uma área dedicada ao internacional, clube pelo qual é apaixonado. A reportagem explica que esse recurso utilizado faz parte da comunicação alternativa, braço da tecnologia assistiva, também utilizada por Vinícius Bonotto, que tem autismo. A mãe do jovem, Renata Bonotto, doutora em comunicação alternativa, conta que utilizou método similar ao de Rafael: adotou cartões de comunicação que expressam objetos, pessoas e atividades. Inclusive, diz à reportagem que o filho cozinha uma vez por semana e que sabe preparar canelone, purê e pastel. João Vicente Fiorentini, 20 anos, tem síndrome de Down e cursa o Ensino Médio em uma escola regular em Porto Alegre. O TVE Repórter - Tecnologias Assistivas mostra que ele utiliza tablet para se comunicar com amigos, colegas e professores no ambiente escolar – na ocasião, apresenta um trabalho para a turma sobre o reino animal. Esses três casos seriam suficientes para cumprir importante papel da televisão pública: ampliar as possibilidades de reconhecimento e de representação, tendo em vista que muda a perspectiva ao abordar a vida de pessoas com deficiência. Em vez de dar atenção apenas às fragilidades e limitações que têm, o programa busca superar essa visão, mostrando que podem levar uma vida comum e com qualidade, graças ao auxílio da tecnologia. Além disso, humaniza essas pessoas, na medida em que

mostra a paixão de um por um time de futebol, a habilidade de outro de cozinhar e a capacidade do terceiro de apresentar trabalhos em público. Os próximos três personagens reforçam o cumprimento desse papel.

Adilso Corlassoli é coordenador de Políticas para as Pessoas com Deficiência da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul e presidente da União de Cegos do Estado. É cego. A reportagem mostra que, para ele, a tecnologia é grande aliada no dia a dia, e Adilso indica aplicativos utilizados por ele no smartphone. Dessa forma, presta serviço aos espectadores deficientes visuais que acompanham o programa, que podem escutar do que se trata e baixar os APPs em seus smartphones. Cláudio Luciano Dusik é o quinto personagem, e a história dele serve tanto como serviço à população quanto ampliação para que outras pessoas com deficiência se sintam representadas. O morador de Esteio nasceu com atrofia muscular cerebral, uma doença degenerativa, e sua expectativa de vida era sete anos. Hoje, aos 40, é graduado em Psicologia e, em seu mestrado, desenvolveu um software que ajuda quem tem mobilidade restrita a digitar no computador. Quando 13 mil pessoas já haviam baixado o programa, Cláudio foi reconhecido pelo Senado Federal como comendador de direitos humanos. Novamente, com tantos exemplos de superação, de pessoas com algum tipo de deficiência executando atividades de liderança, o TVE Repórter - Tecnologias Assistivas permite que se amplie as possibilidades de reconhecimento por parte dessa população.

Por outro lado, ainda que relevantes, os personagens são todos de regiões densamente populosas, de cidades como Porto Alegre e Esteio, na Região Metropolitana. Alguns questionamentos surgem. Por exemplo, quem mora no interior do Rio Grande do Sul, tem o mesmo acesso a recursos que tem quem vive na Capital? Há exemplos bem sucedidos no interior também ou os exemplos apresentados só são possíveis por viverem onde vivem? Além disso, não apresentou diferentes identidades culturais de uma região – especialmente, porque não há o que mostrar: nesse caso, há diversas características que dizem respeito a uma identidade, a um grupo, a uma população, composta pelas pessoas com deficiência. Em relação à qualidade audiovisual, o programa explora computadores, pastas, símbolos de comunicação, rostos de pessoas com deficiência e de profissionais – mostra cada uma dessas pessoas executando algumas atividades. A apresentação, portanto, é bastante simples, sem destaques. Ainda assim, as músicas de fundo, que remetem a emoções ora positivas, ora desafiadoras, ajudam a contar as histórias, como se, com esse recurso, a reportagem estivesse afirmando que determinada fonte é uma inspiração. O que também poderia ser mais explorado

são recursos gráficos, que dão oferecem ao telespectador dinamismo e descanso das imagens similares apresentadas ao longo do programa.

Quando os recursos gráficos são utilizados, contudo, são bem empregados: trazem informação ao telespectador, ajudando a situá-lo sobre o grande número de pessoas com algum tipo de deficiência no Brasil – 45,6 milhões, 24% da população – e informando a maior incidência – deficiência visual, que atinge 35 milhões de pessoas. Em seguida, é utilizado novamente, ao lado de informação decisiva e de interesse público, ao falar sobre a Lei de Cotas, que obriga empresas com mais de cem funcionários a reservar de 2% a 5% das vagas de seu quadro de efetivos para quem tem algum tipo de deficiência. Nos gráficos, mostra, em letras grandes e coloridas, que, segundo a relação anual de informações sociais de 2015 do Ministério do Trabalho, 403,2 mil pessoas com deficiência atuam formalmente no mercado de trabalho, 0,84% do total de vínculos, cujo número é superior ao de 2014 e de 2013

Por fim, o TVE Repórter - Tecnologias Assistivas também presta serviço público ao mostrar o trabalho feito por universidades em prol de pessoas com algum tipo de deficiência. No curso de Engenharia Mecânica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por exemplo, desenvolveram uma bengala que identifica a presença de objetos quando estão se aproximando. A equipe ainda estuda o desenvolvimento de uma cadeira de rodas com internet, para que os usuários possam ter acesso, por exemplo, a informações sobre transporte público. Além disso, expõe que a Associação de Assistência à Criança Deficiente, AACD, confecciona próteses artesanalmente e que atende a cerca de. 500 pessoas por mês na instituição.

Quadro 5: Análise de TVE Repórter – Tecnologias Assistivas

	<b>SIM</b>	<b>EM PARTE</b>	<b>NÃO</b>
1) Exibe o conteúdo de forma atrativa visualmente, abandonando o didatismo e a linearidade escolares		X	
2) Amplia as possibilidades de representação e reconhecimento	X		
3) Conta diferentes identidades culturais de uma região			X
4) Serve como insumo e equipamento para a tomada de decisões e presta serviço ao público	X		
5) Apresenta conteúdo de área muito afastada e/ou			X

de baixa densidade populacional			
---------------------------------	--	--	--

Fonte: Elaborado pelo autor.

### 6.3 A Cultura do Estupro, 3 de julho de 2016

Figura 5: TVE Repórter | TVE - A Cultura do Estupro - 3/7/2016



Fonte: TVE RS (2016a)

Antes de analisar todos os outros méritos desta edição do programa, é importante ressaltar algo que chama atenção: a maneira como todo conteúdo audiovisual é apresentado ao telespectador. A reportagem mostra manifestações de rua e procura, em todos os casos, cenários diferenciados, como a Casa de Cultura, um lugar lúdico, para que uma vítima de assédio sexual conte sua história. Além disso, durante falas de especialistas e de vítimas de assédio, o rosto das fontes aparece de duas maneiras, uma mostrando cada lado de perfil, dando mais dinamismo à edição, e utiliza vídeos da internet para falar sobre campanhas publicitárias machistas, que reforçam a ideia da submissão da mulher ao homem.

O TVE Repórter - A Cultura do Estupro tem o objetivo de debater o que leva uma sociedade a conviver com uma realidade que permite o abuso, como ela se manifesta, quais as consequências e o que fazer para combater a cultura do estupro. Ele tem duração de 29 minutos e cinco segundos e é conduzido pela repórter Angélica Coronel. E o programa se inicia mostrando manifestação de rua ocorrida na Capital em 1º de junho de 2017, em que se protestava por causa da divulgação de um caso de estupro coletivo no Rio de Janeiro. Em seguida, exhibe protesto realizado em Viamão, também contra um estupro coletivo, neste caso acontecido com uma jovem do interior do município. Isso faz o telespectador perceber que

casos graves de violência não acontecem apenas longe de onde moram. No primeiro dos dois blocos, aliás, dá espaço para o contraditório. O programa convida três estudantes e uma jornalista a discutirem o caso de violência ocorrido na capital fluminense – e uma moça se manifesta de forma a culpabilizar a jovem vítima pelo que aconteceu a ela.

Como o programa é bem editado, e um trecho serve como gancho para outro, a repórter passa a exemplificar e, portanto, prestar informação na linguagem do telespectador, expressões que simbolizam formas de assédio, como “Ela pediu”, “Ela não deveria estar sozinha à noite”, “Ela estava de saia curta. E complementa: afirma que, segundo a Organização das Nações Unidas, a ONU, esses comportamentos acontecem em todos os lugares, incluindo lares, ruas, meios de comunicação social, publicidade e leis. Isso permite que, quem assiste ao programa, receba essa informação e reflita se percebem essas situações em seu dia a dia, isto é, possibilita que se identifiquem e se reconheçam.

Outro elemento superimportante na tentativa de levar informação ao público é a apresentação de estudiosas sobre a cultura do estupro. A filósofa Márcia Tiburi é uma dessas pessoas e diz que, quem nega essa cultura, acaba cúmplice dela. Pondera, porém, sobre a necessidade de entender que o estuprador também está inserido na cultura do estupro, de modo que apenas prendê-lo e deixar que pratiquem com ele o que ele praticou não é solução. A entrevista, aliás, é feita por meio do software Skype, e a filósofa aparece na tela do computador, um novo ângulo que favorece a apresentação do conteúdo audiovisual. Nina Furtado, psiquiatra e psicanalista, também aparece como fonte no programa. Ela explica à população que estupro não é apenas uma questão sexual. Diz que o estuprador pode, sim, ser uma pessoa doente, psicótica, mas que a grande maioria do assédio sexual contra a mulher vem da cultura de força física e do domínio de homens sobre mulheres, inclusive sobre o direito que eles teriam sobre elas. O entendimento de que a cultura do estupro vem da noção de poder do homem sobre a mulher, pelo poder que a sociedade dá ao homem sobre o corpo da mulher, é corroborado, em seguida, pela cientista política Celi Pinto. No fim desse primeiro bloco, Angélica Coronel cita pesquisa internacional, embora não apresente a fonte, a qual afirma que 86% das brasileiras já sofreram algum tipo de assédio nos espaços públicos, sendo o maior índice dos países pesquisados. Segundo o documento, as principais formas de assédio são assobios, olhares insistentes, olhares de cunho sexual e toques. Com tanta informação, o programa cumpre importante função de uma televisão pública. Serve como insumo e equipamento para a tomada de decisões e presta serviço ao público, na medida em que, a partir disso, o telespectador – e a telespectadora, especialmente – passa a reconhecer

casos de assédio, abuso, estupro como tais e não mais como brincadeiras, cantadas, paquera, natureza masculina, como muitas vezes tenta-se justificar.

Já no segundo bloco, o foco é mostrar de que forma a cultura do estupro está presente na internet – outro ponto positivo desta edição, tendo em vista que muitas pessoas emitem opiniões, e preconceitos, na rede mundial de computadores. A reportagem reproduz, com estudantes gaúchos, campanha internacional em que homens leem, na frente de mulheres, comentários machistas publicados na internet. Em diversos comentários, a culpa do estupro é atribuída à mulher – e a convidada da reportagem, que já fora vítima de abuso, rebate, afirmando que a mulher nunca tem culpa. Outra questão pertinente é apresentada pela professora da Faculdade de Comunicação Social (Famecos) da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) Liana Farini. Ela fala sobre a importância de se combater o preconceito na própria rede, por meio do que chama de ativismo digital. Dessa forma, incentiva que as telespectadoras utilizem, sim, suas redes para se posicionarem e ressalta que o Facebook pode, sim, ser uma ferramenta de mudança social. Uma das formas de ativismo digital apresentada no programa é recente campanha feita no Twitter, em que mulheres vítimas de violência eram convidadas a relatarem suas experiências de abuso por meio da hashtag #MeuPrimeiroAssedio.

Durante toda esta edição do TVE Repórter - A Cultura do Estupro, foram exibidos depoimentos de mulheres vítimas de assédio sexual, abuso sexual, estupro. Casos de violência na rua, no transporte público, em casa. Expor esses relatos em televisão tem o poder de fazer com que as mulheres vítimas se reconheçam, se unam e não sintam vergonha por algo sobre o que não lhes cabe culpa. Portanto, amplia as possibilidades de representação e reconhecimento. Em relação às diferentes identidades culturais apresentadas, pode-se destacar a nova onda do feminismo: o que querem essas mulheres, o que não querem e o que pensam sobre a participação dos homens na luta pela igualdade de gêneros. Além disso, os novos modelos de família, com exemplo apresentado no programa, em que se estabelece a divisão igual das tarefas domésticas e a criação dos filhos de modo que não reproduzam comportamentos que incentivam a cultura do estupro.

Contudo, os casos apresentados dizem respeito a Porto Alegre e a Viamão, município da Região Metropolitana. Assim como no caso do TVE Repórter - Tecnologias Assistivas, surge o questionamento: qual é a realidade das mulheres vítimas de violência distantes da Capital? A cultura do estupro é presente da mesma forma em centros urbanos e em municípios pequenos? O ponto de vista para além da capital do Estado é sempre importante e ajuda a dimensionar melhor o problema.

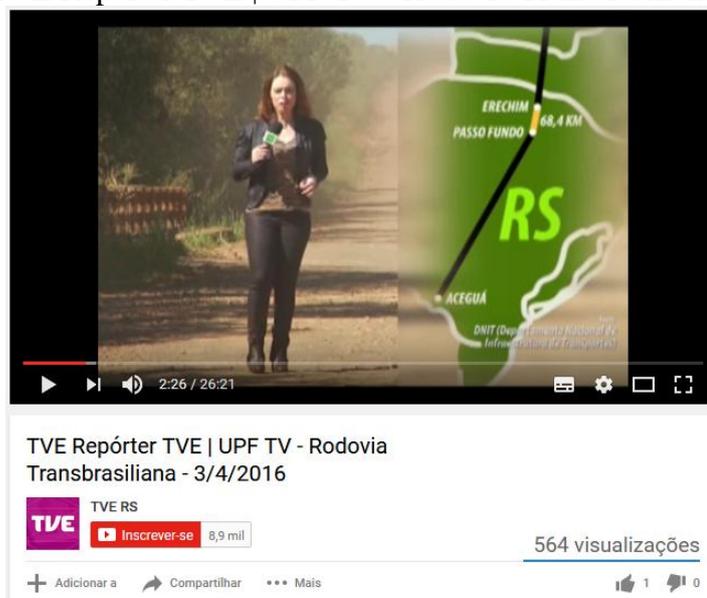
Quadro 6: Análise de TVE Repórter – A Cultura do Estupro

	SIM	EM PARTE	NÃO
1) Exibe o conteúdo de forma atrativa visualmente, abandonando o didatismo e a linearidade escolares	X		
2) Amplia as possibilidades de representação e reconhecimento	X		
3) Conta diferentes identidades culturais de uma região	X		
4) Serve como insumo e equipamento para a tomada de decisões e presta serviço ao público	X		
5) Apresenta conteúdo de área muito afastada e/ou de baixa densidade populacional			X

Fonte: Elaborado pelo autor.

#### 6.4 Rodovia Transbrasiliana, 3 de abril de 2016

Figura 6: TVE Repórter TVE | UPF TV - Rodovia Transbrasiliana - 3/4/2016



Fonte: TVE RS (2016c)

Este TVE Repórter tem 26 minutos e 21 segundos de duração. É conduzido por Afani Baruffi, novamente em uma parceria com a Universidade de Passo Fundo. O objetivo é

apresentar a rodovia BR-153, também conhecida como Transbrasiliana, quarta maior do Brasil, que liga Marabá, no Pará, a Aceguá, no Rio Grande do Sul. Esta edição mostra que, dos mais de 4 mil quilômetros de extensão da estrada, um trecho em solo gaúcho de cerca de 70 quilômetros, que liga Passo Fundo a Erechim, não tem pavimentação e, por isso, gera problemas a caminhoneiros e à economia local.

Primeiramente, então, o programa faz um resgate histórico da Transbrasiliana, a fim de explicar ao telespectador qual o contexto político, econômico e social do Brasil quando surgiu a ideia de se criar uma estrada que ligasse Norte e Sul do país. Para isso, informa que tudo se iniciou no governo de Juscelino Kubitschek, integrando o plano de metas do ex-presidente, ou seja, impulsionar 50 anos de desenvolvimento em apenas cinco.

Nesse momento do programa, utilizam-se imagens que “transportam” quem assiste à época de JK, como discursos feitos por ele, fotografias do ex-presidente frente à população, profissionais trabalhando em indústrias, que auxilia o telespectador a entender os contextos. Em outros momentos, aliás, recursos gráficos são bem empregados. Os mapas são o principal exemplo. Primeiramente, são utilizados para citar todos os oito estados por que passa a Transbrasiliana (Pará, Tocantins, Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). Depois, são utilizados novamente a fim de mostrar o trajeto entre nove municípios cujas economias são afetadas pela falta de pavimentação da BR-153 – Coxilha, Sertão, Getúlio Vargas, Estação, Ipiranga do Sul, Erebangó, Quatro Irmãos, Erechim e Passo Fundo. Aqui, a reportagem simula visualmente o deslocamento por meio do programa para computadores Google Earth. Em relação não a imagem, mas a áudio, o programa utiliza trilhas sonoras em diversos momentos, como na ocasião em que migra de uma cidade para outra, a fim de dar dinamismo a edição. Dessa forma, entrega conteúdo atrativo e capaz de prender a atenção de quem acompanha o TVE Repórter - Rodovia Transbrasiliana.

Ao mesmo tempo em que é atrativo ao telespectador, o programa amplia as possibilidades de representação e de reconhecimento por parte de quem o assiste. Ele cumpre essa importante função da televisão pública ao dar voz àqueles que estão entre os principais afetados com as más condições de uma rodovia: os caminhoneiros. Logo no início desta edição, esses profissionais opinam sobre a atual situação da BR-153 e contam dificuldades por que já passaram. Em outro momento, o TVE Repórter vai novamente ao encontro desse ideal da TV pública, quando detalha, por meio da fala de prefeitos municipais e de agricultores, industriários e comerciantes locais as bases da economia de cada região, isto é, dá voz a figuras locais. Nesse último caso, aliás, ainda conta as diferentes identidades

culturais que compõem a região do Alto Uruguai, por meio das informações sobre a tradicional economia de cada município.

O programa vai além de mostrar as diferentes identidades culturais da região: fornece, ao telespectador, uma série de informações, transmitidas por pesquisadores, sobre a BR-153, prestando um serviço ao público e dando equipamentos para que tome decisões, bem como cobre iniciativas de autoridades para que as benfeitorias aconteçam. Por exemplo, o momento em que um tecnólogo em estradas e topografia, que estuda a Transbrasiliana havia cerca de um ano, afirma que a pavimentação dos quase 70 quilômetros da rodovia seria superbarata, custando cerca de R\$ 100 milhões e ficando pronta em, no máximo, dois anos. Para que o público realmente entenda que não se trata de muito dinheiro, o profissional compara: ele conta que a duplicação da RS-153, construída como alternativa à rodovia federal, demoraria quatro anos e passaria por outros problemas, como a necessidade de se realizarem desapropriações. Conclui afirmando que a pavimentação, 90% do tráfego de caminhões e de veículos leves seria direcionado para a BR-153, desafogando a RS-135. Uma professora e pesquisadora da Universidade de Passo Fundo também dá seu parecer: afirma que não haveria nenhuma inviabilidade de asfaltar analisando questões ambientais, já que a rodovia já está traçada, consolidada, faltando apenas o recapeamento asfáltico – em suma, não haveria impacto sobre os elementos físicos. Reiterando o que já dizem caminhoneiros e industriários, agricultores e comerciantes, outro professor e pesquisador da UPF afirma que municípios da região necessitam da pavimentação para alavancar a economia e o desenvolvimento social.

Por fim, é importante ressaltar que o programa dá espaço ao contraditório ao mostrar ao telespectador do TVE Repórter o posicionamento do Dnit, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes sobre a BR-153. Segundo a reportagem, o órgão reconhece haver diversas solicitações para a conclusão da rodovia, mas depende de novos estudos para a viabilização e de um novo projeto adaptado às normas atuais de construção de estradas.

Quadro 7: Análise de TVE Repórter – Rodovia Transbrasiliana

	<b>SIM</b>	<b>EM PARTE</b>	<b>NÃO</b>
1) Exibe o conteúdo de forma atrativa visualmente, abandonando o didatismo e a linearidade escolares	X		
2) Amplia as possibilidades de representação e reconhecimento	X		
3) Conta diferentes	X		

identidades culturais de uma região			
4) Serve como insumo e equipamento para a tomada de decisões e presta serviço ao público	X		
5) Apresenta conteúdo de área muito afastada e/ou de baixa densidade populacional	X		

Fonte: Elaborado pelo autor

## 6.5 Cervejas Artesanais, 4 de outubro de 2015

Figura 7: TVE Repórter | TVE - Cervejas Artesanais - 04 e 07/10/2015



Fonte: TVE RS (2015b)

Exibido em 4 de outubro de 2015, o programa faz, como diz a repórter Clarissa Lima, um passeio entre panelas, barris, garrafas e copos para mostrar os sabores e as oportunidades por trás dos muitos rótulos de cervejas criadas no Rio Grande do Sul. Esta edição do TVE Repórter apresenta sete cervejarias – e cervejeiros – artesanais, que dão ao público um panorama desse setor econômico e cultural atualmente no Estado.

O programa se inicia em Porto Alegre, na casa de um cervejeiro, onde ele e o sócio produzem a bebida. Nessa etapa, Alessandro Kny conta como ele e o amigo criaram e organizaram o atual espaço de produção, destacando alguns cuidados que se deve ter, como a sanitização do ambiente.. Em seguida, conta como se dá o processo de produção da cerveja, ao qual, por dia, dedicam cerca de seis horas. As instruções – conta ao público – são, primeiramente, escolher qual receita será feita pelo cervejeiro para, com base nessa receita,

decidir qual tipo de malte será utilizado. Depois de moer o malte, o ingrediente é levado a uma panela de mostura para que seja cozinhado. O próximo passo é definir a temperatura em que a bebida será fervida e, depois, o produto é filtrado, para que não fiquem impurezas no líquido. Em seguida, o líquido é levado a uma nova panela, onde é fervido por cerca de uma hora, para, por fim, serem resfriados, introduzidos em galões fermentadores e guardado em uma geladeira por um período de sete a dez dias. Todas essas informações são o ponto de partida para quem deseja empreender na área e para quem deseja apenas se tornar um consumidor conhecedor. Dessa forma, se tornam um serviço prestado ao público telespectador, permitindo que, a partir dessas lições, sejam tomadas as melhores decisões.

As informações que servem como insumo ao espectador e permitem que ele tome decisões seguem no programa, mostrando como esse ideal da televisão pública é bem representado. Nesse momento, apresentou Leonardo Sewald, sócio da cervejaria Seasons, que fica no bairro Anchieta, zona norte de Porto Alegre. Depois de também explicar como se dá a produção da cerveja artesanal, ele detalha como fez para que seu hobby se tornasse negócio e gerasse renda. E assim seguem outros exemplos, como o Biermarkt, que fica em Porto Alegre e tem a maior quantidade de torneiras de chope do Brasil; Lagom, que também fica na Capital e produz e revende a própria cerveja; e DaDo Bier, a qual diz ser pioneira no país nesse tipo de negócio – em relação ao esta cervejaria, aliás o dono, Eduardo Bier, conta que, em 1995, quando a marca foi criada, não existia esse modelo de negócios no Brasil, informação esta que se torna um resgate histórico ao telespectador.

Por outro lado – e, na verdade, complementando –, o programa mostra que, segundo esses empresários e cervejeiros artesanais, não é fácil empreender no estado. Isso porque, segundo eles, a tributação pode chegar a 60%, e a produção de qualquer produto em pequena escala tende a elevar o custo de produção e o preço final dos produtos, que podem custar até quatro vezes mais quando comparados às cervejas convencionais.

Outro ponto a se destacar é o fato de o programa cumprir, ainda que em parte, o objetivo de contar diferentes identidades culturais de uma região. Explica-se: o programa fala, essencialmente, de uma identidade cultural, de um grupo social, o dos cervejeiros, responsáveis por produzir de forma manual e em pequena escala a bebida. Contudo, em um momento, mostra o interior desse grupo: explica, por exemplo, que não é composto apenas por homens e jovens, mas também por mulheres, de todas as idades e diferentes profissões. Nesse caso, apresentou três amigas bancárias, Carmen Reis, Gabriela Schramm e Aline Grodt, que, até mesmo entre elas, não há homogeneidade, isto é, uma é conhecedora das peculiaridades de cerveja, outras não.

Contudo, embora atenda parcialmente ao objetivo de contar diferentes identidades culturais de uma região, cumpre integralmente o princípio de ampliar as possibilidades de representação e reconhecimento, sem que seja contraditório. A identidade cultural a que se refere é a dos cervejeiros artesanais, que não costumam ter destaque na televisão comercial. Aqui, na televisão pública, o têm, em um programa dedicado a expor ao público o que são as cervejas artesanais, quem as produz, que benefícios traz à economia e quais as possibilidades de negócio.

O quinto item dos ideais da televisão pública na análise desta edição do TVE Repórter – a apresentação de conteúdo de área muito afastada e/ou de baixa densidade populacional – pode ser controverso. Isso porque as cervejarias apresentadas ficam, principalmente, nos municípios de Porto Alegre e Esteio. Porém, o programa aprofunda a visita ao bairro Anchieta, ca Capital, e este, sim, pode ser considerado uma região de baixa densidade populacional. Nesse local, a repórter Clarissa Lima visita algumas outras cervejarias e mostra a história e o trabalho de alguns desses negócios. Por isso, optou-se por classificar como cumprimento parcial do ideal de apresentar conteúdo de área muito afastada e/ou de baixa densidade populacional.

Por fim, o TVE Repórter – Cervejas Artesanais é um programa esteticamente atrativo aos telespectadores. As imagens utilizadas vão além das simples sequências de consumidores ingerindo as bebidas: mostram, de perto, copos cheios, copos sendo enchidos, copos sendo enchidos em câmera lenta, rótulos das cervejas, etapas de produção, bares de cervejas artesanais, etc. Há uma grande variedade e riqueza nas imagens apresentadas. Além disso, algumas músicas servem como trilha para a reportagem, afastando, de vez, a possibilidade de o programa ser chato ou monótono. Cumprindo isso, se enquadra em um dos requisitos para um bom programa de televisão pública.

Quadro 8: Análise de TVE Repórter – Cervejas Artesanais

	<b>SIM</b>	<b>EM PARTE</b>	<b>NÃO</b>
1) Exibe o conteúdo de forma atrativa visualmente, abandonando o didatismo e a linearidade escolares	X		
2) Amplia as possibilidades de representação e reconhecimento	X		
3) Conta diferentes identidades culturais de uma região		X	

4) Serve como insumo e equipamento para a tomada de decisões e presta serviço ao público	X		
5) Apresenta conteúdo de área muito afastada e/ou de baixa densidade populacional		X	

Fonte: Elaborado pelo autor.

## 6.6 Futebol de Várzea, 24 de maio de 2015

Figura 8: TVE Repórter - Futebol de Várzea - 24/5/2015



Fonte: TVE RS (2015a)

Com 24 minutos e 12 segundos de duração, o TVE Repórter – Futebol de Várzea se destaca, em relação às demais edições, em relação à forma como exhibe o conteúdo. Ainda que uns ou outros programas exibam belas imagens, este inova na narrativa, aproximando-se à de um documentário. Isso se dá, quando, já no começo, não há a presença de um repórter, e sim de uma tela como textos que anunciam o que está por vir ou, ao contrário, apresentando uma quebra, uma mudança de assunto. Aliás, nesta grande-reportagem, a repórter sequer aparece: apenas sua voz é revelada ao telespectador duas vezes. Essa novidade, por bem, não prejudica a compreensão daquilo a que esta edição se propõe a tratar, e sim dá destaque quando comparada com as demais.

Mas, afinal, o que é esse futebol de várzea sobre o qual fala o jornalístico? É a prática do esporte realizada por não profissionais, por integrantes de comunidades de Porto Alegre, por não participantes dos grandes clubes. Ao mostrar essa modalidade do futebol, o TVE

Repórter mergulha na hiperlocalidade, na hiper-regionalização, sob pena de o conteúdo interessar, apenas, a quem tem ligação com o esporte. Na prática, o programa mostra não estar preocupado com audiência por si só e aparenta atentar para um importante papel da televisão pública: ampliar as possibilidades de representação e reconhecimento. Ele o já quando decide contar ao público como funciona o futebol de várzea em Porto Alegre, mas confirma o cumprimento quando dá voz a jogadores, a técnicos e a dirigentes e presidentes de ligas e de associações. Alguns exemplos, que contam como é são a rotina de trabalho, os sonhos e as dificuldades por que passam, são a Liga do Parque Gaelzer, a Sociedade Esportiva Pedreira, a Liga do Parque Chico Mendes, a Kosmos Futebol Clube – a única, aliás, cuja presidenta é mulher. Entre as agruras dos grupos, estão falta de torneiras em praças para que jogadores se hidratem e dificuldade de obter da prefeitura parcerias para melhorar os locais.

Em outro momento do programa, próximo do fim, o TVE Repórter mostra a importância do trabalho que o futebol de várzea e as escolinhas de futebol realizam com crianças de comunidades carentes. Antônio Matos, presidente da Associação Comunitária Campo da Tuca, na Zona Leste de Porto Alegre, afirma que o esporte não é só o futebol pelo futebol, mas, muitas vezes, uma extensão do atendimento familiar. Ao mostrar que essas iniciativas tiram ou, pelo menos, afastam os jovens do mundo do crime, esta edição cumpre outro importante papel de uma emissora pública de televisão: servir como insumo e equipamento para a tomada de decisões e prestar serviço ao público. Isso se dá porque permite que os telespectadores, integrantes da sociedade, se informem a respeito da importância da iniciativa para a construção da cidadania de muitas pessoas e, dessa forma, apoiem investimentos ao futebol de várzea e às escolinhas. Em suma, possibilita que se saiba da utilidade pública em diversas regiões da cidade.

Como se pode perceber, contudo, esta edição é centrada em Porto Alegre, capital e cidade mais populosa do Estado do Rio Grande do Sul. Dessa forma, em que pese trate de um assunto de interesse público, o faz sob a perspectiva da cidade grande, não mostrando, afinal, como é o futebol de várzea no Interior, se é que consegue resistir às dificuldades.

A menção negativa também se dá ao papel de contar diferentes identidades culturais de uma região. Nesta edição do TVE Repórter – Futebol de Várzea, por mais que se mostre as paixões dos jogadores, os desafios dos dirigentes, as iniciativas com crianças, a identidade cultural a que o programa se limita é a dos apaixonados pelo futebol, uma só portanto.

Quadro 9: Análise de TVE Repórter – Futebol de Várzea

	<b>SIM</b>	<b>EM PARTE</b>	<b>NÃO</b>
1) Exibe o conteúdo de forma atrativa visualmente, abandonando o didatismo e a linearidade escolares	X		
2) Amplia as possibilidades de representação e reconhecimento	X		
3) Conta diferentes identidades culturais de uma região			X
4) Serve como insumo e equipamento para a tomada de decisões e presta serviço ao público	X		
5) Apresenta conteúdo de área muito afastada e/ou de baixa densidade populacional			X

Fonte: Elaborado pelo autor.

### 6.7 Alto Camaquã, 26 de novembro de 2014

Figura 9: TVE Repórter - Alto Camaquã - 26/11/2014



Fonte: TVE RS (2014)

Esta edição do TVE Repórter, que tem 24 minutos e 52 segundos de duração, apresentou aos telespectadores a região gaúcha do Alto Camaquã, que compreende oito municípios: Caçapava do Sul, Canguçu, Pinheiro Machado, Encruzilhada do Sul, Piratini, Lavras do Sul, Santana da Boa Vista e Bagé. Assim como na edição em que eram mostrados destinos turísticos na Serra e no Noroeste do Rio Grande do Sul, esta edição exhibe belas imagens: natureza, áreas verdes, animais, prédios históricos e coloridas, tornando-se atrativo, visualmente, a quem assiste. Além disso, quase na integralidade, utiliza músicas tranquilas como trilha sonora, ajudando a transmitir ao telespectador o ar bucólico da região. Ainda, o conteúdo do programa é apresentado dividido em duas grandes áreas: primeiramente, fala sobre projeto que tem ajudado agropecuaristas locais a melhorar sua produtividade e, em seguida, explora como os oito municípios têm se utilizado das belezas regionais para atrair turistas. Essa maneira de apresentar o conteúdo foge da linearidade escolar, pois está dividida em áreas lógicas e temáticas e não se torna cansativo, como poderia ser se a ordem fosse dividir tudo de acordo com cada cidade do Alto Camaquã.

Logo no início do programa, a repórter, Anália Barth, justifica a importância de se falar sobre o Alto Camaquã: ela diz que , afirmando que o local ainda é desconhecido por muitos gaúchos. Passa, portanto, a apresentá-lo. Informa que a criação de ovinos é o principal sustento de pequenos produtores, que a região tem a maior mata nativa preservada do Rio grande do Sul, mas pondera que trabalhadores enfrentam problemas que minam a autoestima deles. Em seguida, revela que a solução para tais problemas surgiu da Embrapa, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, que criou um projeto de desenvolvimento autossustentável, cuja proposta foi formulada especialmente para o Alto Camaquã. No programa, Marcos Borba, veterinário da Embrapa, idealizador da iniciativa, reitera a importância de se pensar na agropecuária familiar, pois maquinários velozes, insumos químicos e tecnologias importadas nem sempre levam em conta as necessidades desse setor. Ele conta que fizeram um trabalho de recuperação dos produtores e comerciantes dessa região para que reconhecessem o Alto Camaquã como um lugar importante e de valor. Mateus Garcia, presidente da Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Alto Camaquã, lembra que havia a ideia de que o campo da região era ruim, o que mudou depois do trabalho da Embrapa. A Adac surgiu em 2009 e, na época do programa, era composta por cerca de 300 famílias. A iniciativa da empresa e a exibição disso em televisão faz com que sejam ampliadas as as possibilidades de representação e reconhecimento, pois fazem o agropecuarista e o telespectador perceberem todas as qualidades da localidade.

O projeto da Embrapa, conta a reportagem, serviu como empurrão para o pequeno agropecuarista Delcionil Pereira Franco, morador de Caçapava do Sul e criador de carneiros para reprodução. Ele conta como fez para não desgastar a terra e garantir a alimentação natural aos animais: o manejo da terra. Assim, serve como insumo e equipamento para a tomada de decisões e presta serviço ao público, já que apresentou solução para problema enfrentado na região, isto é, trabalhadores que tenham a mesma dificuldade podem adotar a mesma estratégia, criar uma tática similar ou, ainda, contatar a empresa para saber como proceder. Outro problema apresentado ainda no primeiro bloco, que é uma realidade local e faz com que os moradores da região assistam ao programa e se identifiquem, se reconheçam, é a evasão de jovens para áreas rurais mais povoadas ou para áreas urbanas, por não se sentirem estimulados para seguir no Alto Camaquã. O programa, então, apresenta Lucas Garcia, que fez curso técnico em agroindústria e aprendeu a gerenciar os negócios da família no interior de Piratini, que produz pelego de ovelha. Há dois pontos a se destacar nesse caso: o primeiro deles: a primeira é, novamente, a identificação e o reconhecimento do público com um problema enfrentado pelos agropecuaristas; em segundo lugar, o fato de, logicamente, o programa estar exibindo conteúdo de área muito afastada, de baixa densidade populacional, cumprindo outro ideal de uma televisão pública de qualidade.

Já no segundo bloco do TVE Repórter – Alto Camaquã, o programa mostra como o fortalecimento da agropecuária familiar está sendo alinhado à diversificação de cultivos. Mostra o trabalho dos apicultores da região, os quais, assim como os ovinocultores, querem vender os produtos diretamente para os comerciantes e eliminar os atravessadores. Para alcançar esse objetivo, a Adac financiou dois caminhões, um para transporte de animais, outro para realizar as entregas de produtos. Além disso, criaram uma marca própria, um selo, chamado Alto Camaquã, o qual, culturalmente, dá identidade ao grupo e, economicamente, fornece credibilidade e aumenta as chances de vendas dos produtos locais.

Ainda neste segundo bloco, o programa se dedica a falar sobre o turismo nos oito municípios que compõem o Alto Camaquã. Conta que a região é membro da Associação das Montanhas Mundialmente Famosas, entidade apoiada pela Unesco, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, por causa da preservação do meio ambiente. Detalha, inclusive, que já foram até gravados filmes na localidade. Também faz um resgate histórico, ao passear por Piratini e lembrar a importância que o município tem para o Rio Grande do Sul nos dez anos de Revolução Farroupilha, quando sediou a capital da República Rio-Grandense, mostrando como se forjou a identidade cultural da região, focada no trabalho rural.

Quadro 10: Análise de TVE Repórter – Alto Camaquã

	<b>SIM</b>	<b>EM PARTE</b>	<b>NÃO</b>
1) Exibe o conteúdo de forma atrativa visualmente, abandonando o didatismo e a linearidade escolares	X		
2) Amplia as possibilidades de representação e reconhecimento	X		
3) Conta diferentes identidades culturais de uma região			X
4) Serve como insumo e equipamento para a tomada de decisões e presta serviço ao público	X		
5) Apresenta conteúdo de área muito afastada e/ou de baixa densidade populacional	X		

Fonte: Elaborado pelo autor.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das sete edições do programa TVE Repórter mostra que, sim, o jornalístico atende às expectativas de um produto de televisão pública. A amostra, correspondente a 10% do total disponível no site YouTube, considerou critérios elaborados pelo autor a partir da base teórica sobre radiodifusão e televisão pública. Retomando, os tópicos de avaliação são os seguintes: 1. Exibe o conteúdo de forma atrativa; 2. Amplia as possibilidades de representação e reconhecimento; 3. Conta diferentes identidades culturais de uma região; 4. Serve como insumo e equipamento para a tomada de decisões e presta serviço ao público; e 5. Apresenta conteúdo de área muito afastada e/ou de baixa densidade populacional. Para cada item, havia três respostas possíveis: sim, em parte e talvez.

Ao todo, em seis dos sete programas, a resposta sim apareceu para pelo menos três das cinco categorias. Isso significa que 85% das edições analisadas oferecem ao público ao menos 60% do esperado para um programa de uma emissora pública de televisão – mais da metade. As seis edições referidas são Logo Ali, exibida em 15 de junho de 2017, A Cultura do Estupro, em 3 de junho de 2016, Rodovia Transbrasiliana, em 3 de abril de 2016, Cervejas Artesanais, em 4 de outubro de 2015, Futebol de Várzea, em 24 de maio de 2015, e Alto Camaquã, em 26 de novembro de 2014.

O destaque positivo é de Rodovia Transbrasiliana, que cumpre integralmente o papel de uma TV pública. Esta edição utiliza belas imagens, trilhas sonoras e efeitos gráficos, dá voz a moradores e caminhoneiros da região para que contem os problemas enfrentados, mostra as diferentes identidades culturais da região e presta serviço público ao telespectador. Além disso, especialmente devido à parceria com emissoras universitárias espalhadas pelo Rio Grande do Sul – neste caso, a da Universidade de Passo Fundo – consegue apresentar conteúdo de área afastada.

Logo Ali, Alto Camaquã e A Cultura do Estupro são as mais bem pontuadas produções próprias da TVE RS. Os primeiro obteve resposta sim para os quatro itens iniciais e em parte no último porque, ainda que mostrasse localidades afastadas da capital, são considerados locais de referência em sua região. O segundo marcou sim para as duas primeiras e para as duas últimas categorias – a exceção foi não na terceira, pois considerou-se

que a identidade cultural tratada dizia respeito apenas a do produtor da região. Por fim, A Cultura do Estupro também garantiu resposta sim para os quatro itens iniciais, sendo o último um não por abordar a situação em Porto Alegre e, rapidamente, apenas em Viamão.

Em contrapartida, a única edição que apresentou menos de três respostas sim foi Tecnologias Assistivas. Apesar de ampliar as possibilidades de representação e reconhecimento e de servir como insumo e equipamento para a tomada de decisões e presta serviço ao público, apresentava imagens simples, limitava-se à identidade cultural das pessoas com deficiência e centrava o conteúdo na Região Metropolitana de Porto Alegre.

Cabe ressaltar, portanto, que a ideia de maximizar o serviço público da televisão pública, defendida por Cifuentes (2002), é plenamente atendido em todas as edições, Em nenhum dos casos, o programa deixou de apresentar conteúdo de interesse público ou que pudesse servir como insumo para a tomada de decisões. Além desse serviço público prestado, o TVE Repórter se mostrou um espaço para o surgimento e desenvolvimento de novas cidadania, além de um espaço de acolhimento das múltiplas figuras que compõem essa cidadania, objetivo expressado por Martín-Barbero (2002). Os exemplos, reitera-se, estão nos serviços oferecidos às pessoas com deficiência para terem mais qualidade de vida, na exibição dos assustadores ataques a que mulheres estão sujeitas atualmente e, não menos importante, o poder que o futebol de várzea e as escolas de futebol têm de afastar crianças e jovens da criminalidade. A partir dos mesmos exemplos, e dos demais, mostra-se representada a ideia de Torves (2007) de dar visibilidade aos atores sociais.

É necessário ressaltar, contudo, não ser o fim deste trabalho apontar se a TVE RS deve ser considerada pública, estatal, governamental, educativa, cultural ou qualquer outra denominação. Conforme Bueno (2004) há diferenças entre esses conceitos. De acordo com Torves (2007), sequer há um modelo genuinamente público de televisão no Brasil, visto que essa classificação exige considerar o modo de gestão e de financiamento adotados. Nesta monografia, partiu-se do princípio de que, em sua página institucional na internet, a TVE RS se define como a emissora pública do Rio Grande do Sul, motivo por que, afinal, buscou-se descobrir se parte se sua programação, o TVE Repórter, atende ao que se espera.

Dessa forma, mostrou-se que o TVE Repórter cumpre, sim, seu papel como programa produzido e veiculado por uma emissora pública de televisão. A sanção por parte do governador do Estado, José Ivo Sartori, do projeto de lei que extingue a Fundação Cultural Piratini – TVE e FM Cultura representa incerteza sobre o futuro da emissora e de sua programação, na qual é exibido um jornalístico relevante e necessário à sociedade gaúcha.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES. **SRD - Sistema de Controle de Radiodifusão**. 2017a. Disponível em:

<<https://sistemas.anatel.gov.br/sis/LoginInternet.asp?codSistema=16&Pagina=http%3A%2F%2Fsistemas%2Eanatel%2Egov%2Ebr%2Fsrds%2FDefault%2Easp%3F>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **SRD - Sistema de Controle de Radiodifusão**. 2017b. Disponível em:

<<https://sistemas.anatel.gov.br/sis/LoginInternet.asp?codSistema=16&Pagina=http%3A%2F%2Fsistemas%2Eanatel%2Egov%2Ebr%2Fsrds%2FDefault%2Easp%3F>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

ANDRADE JR., Orestes. **O futuro da TVE e FM Cultura**. Fundação Cultural Piratini, 2017. Disponível em:

<<http://www.fundacaopiratini.rs.gov.br/?model=conteudo&menu=83&id=2198>>. Acesso em: 18 jun. 2017.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 10.535, de 8 de agosto de 1995**. Altera a estrutura organizacional e a denominação da Fundação Rádio e Televisão Educativa. Disponível em:

<[http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid\\_Tipo=TEXTO&Hid\\_TodasNormas=15745&hTexto=&Hid\\_IDNorma=15745](http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=15745&hTexto=&Hid_IDNorma=15745)>. Acesso em: 12 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Proposição: PL 246 2016**. Porto Alegre, 2016. Disponível em:

<<http://www.al.rs.gov.br/legislativo/ExibeProposicao.aspx?SiglaTipo=PL&NroProposicao=246&AnoProposicao=2016>>. Acesso em: 18 jun. 2017.

BARBOSA, Marialva Carlos. Imaginação televisual e os primórdios da TV no Brasil. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor; ROXO, Marco (Org.). **História da Televisão no Brasil**. São Paulo, SP: Contexto, 2010. p. 15-35.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.

Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 2 mai. 2017.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 20.047, de 27 de maio de 1931**. Regula a execução dos serviços de radiocomunicações no território nacional. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20047-27-maio-1931-519074-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 24 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 21.111, de 1º de março de 1932**. Aprova o regulamento para a execução dos serviços de radiocomunicação no território nacional. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21111-1-marco-1932-498282-publicacaooriginal-81840-pe.html>>. Acesso em: 29 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 29.783, de 19 de julho de 1951.** Altera alguns dispositivos do regulamento aprovado pelo Decreto nº 21.111, de 1º de março de 1932, e estabelece novas normas para a execução dos serviços de radiodifusão e radiocomunicação em territórios nacional, complementares das estipuladas naquele regulamento. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-29783-19-julho-1951-337396-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 9 mai. 2017.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963.** Aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/antigos/d52795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d52795.htm)>. Acesso em: 1º mai. 2017.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012.** Altera dispositivos do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão aprovado pelo Decreto no 52.795, de 31 de outubro de 1963, e dos Decretos no 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e no 5.820, de 29 de junho de 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2012/decreto/d7670.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/decreto/d7670.htm)>. Acesso em: 20 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967.** Complementa e modifica a Lei número 4.117 de 27 de agosto de 1962. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/De10236.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De10236.htm)>. Acesso em: 1º mai. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008.** Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC; altera a Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2008/lei/111652.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/111652.htm)>. Acesso em: 15 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962.** Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L4117.htm#art34](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4117.htm#art34)> . Acesso em: 1º mai. 2017.

BUENO, Yara Baungarten. **Povo gaúcho: radiodifusão pública e identidade cultural.** 2004. 135 f. Projeto Experimental em Jornalismo I - Monografia (Bacharel em Comunicação Social - Jornalismo) - Curso de Comunicação Social - Jornalismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2004.

CHAGAS, Genira. **Radiodifusão no Brasil: poder, política, prestígio e influência.** São Paulo: Atlas, 2012.

CIFUENTES, Diego Portales. **Televisão pública na América Latina: crises e oportunidades.** In: RINCÓN, Omar (Org.). **Televisão pública: do consumidor ao cidadão.** São Paulo, SP: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2002. p. 119-153.

DINES, Alberto. **A eterna confusão entre ‘público’ e ‘estatal’.** Observatório da Imprensa, 2003. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/ipub140520031p.htm>>. Acesso em: 11 jun. 2017.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. **Sobre a EBC**. Brasília, [2017?]. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/institucional/>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio: o veículo, a história e a técnica**. 2. ed. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2001.

FUNDAÇÃO CULTURAL PIRATINI. **Nos 43 anos da TVE, nova programação foca no horário nobre**. Porto Alegre, mar. 2017. Disponível em: <<http://www.fundacaopiratini.rs.gov.br/?model=conteudo&menu=83&id=2197>>. Acesso em: 18 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Nossa história**. Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<http://www.fcp.rs.gov.br/?model=conteudo&menu=144>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **TVE Repórter é um dos vencedores do Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo**. Porto Alegre, dez. 2012. Disponível em: <<http://www.rs.gov.br/conteudo/33993/tve-reporter-e-um-dos-vencedores-do-premio-direitos-humanos-de-jornalismo>>. Acesso em: 19 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **TVE Repórter ganha prêmio de Educação para o Trânsito da EPTC**. Porto Alegre, out. 2016. Disponível em: <[http://www.riograndedosul.rs.gov.br/conteudo/247727/tve-reporter-ganha-premio-de-educacao-para-o-transito-da-eptc/termosbusca=\\*](http://www.riograndedosul.rs.gov.br/conteudo/247727/tve-reporter-ganha-premio-de-educacao-para-o-transito-da-eptc/termosbusca=*)>. Acesso em: 19 jun. 2017.

LORÊDO, João. **Era uma vez... a televisão**. São Paulo: Alegro, 2000.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Chaves do debate: televisão pública, televisão cultural: entre a renovação e a invenção. In: RINCÓN, Omar (Org.). **Televisão pública: do consumidor ao cidadão**. São Paulo, SP: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2002. p. 41-79.

MAZZIOTTI, Nora. Narrativa: os gêneros na televisão pública. In: RINCÓN, Omar (Org.). **Televisão pública: do consumidor ao cidadão**. São Paulo, SP: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2002. p. 201-232.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (MPRS). **Prêmio Jornalismo do Ministério Público é entregue**. Porto Alegre, dez. 2014. Disponível em: <<http://mprs.mp.br/noticias/id37394.htm>>. Acesso em: 19 jun. 2017.

NUÑEZ, Léo Flores Vieira. **TCC UFRGS | Juliano Zarembski | Perguntas** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <[leonunez@terra.com.br](mailto:leonunez@terra.com.br)>. em 19 jun. 2017.

OTONDO, Teresa. TV Cultura: a Diferença que importa. In: RINCÓN, Omar (Org.). **Televisão pública: do consumidor ao cidadão**. São Paulo, SP: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2002. p. 267-301.

PORTAL IMPRENSA. **TV, 60 anos no Brasil**. São Paulo, [2017?]. Disponível em: <[http://portalimprensa.com.br/tv60anos/anos50\\_50\\_09\\_18\\_texto.asp](http://portalimprensa.com.br/tv60anos/anos50_50_09_18_texto.asp)>. Acesso em: 9 mai. 2017.

RINCÓN, Omar. A televisão: o mais importante, do menos importante. In: RINCÓN, Omar (Org.). **Televisão pública: do consumidor ao cidadão**. São Paulo, SP: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2002. p. 13-39.

SARTOR, Basilio Alberto. **Os presidentes da TVE: uma reportagem histórica da Televisão Educativa no Rio Grande do Sul**. 2003, 24 f. Projeto Experimental em Jornalismo IV - Espec. - Curso de Comunicação Social - Jornalismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2003.

SCHAFFNER, Fábio. Piratini começa negociação para demitir servidores de fundações. **Zero Hora**, Porto Alegre, 8 fev. 2017. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2017/02/piratini-comeca-negociacao-para-demitir-servidores-de-fundacoes-9716268.html>>. Acesso em: 18 jun. 2017.

TORVES, José Carlos. **Televisão pública**. Porto Alegre: Editora Evangraf Ltda, 2007.

TVE. **Outorgas da TVE e FM Cultura estão regulares no Ministério das Comunicações**. Porto Alegre, jan. 2017a. Disponível em: <<http://www.tve.com.br/2017/01/outorgas-da-tve-e-fm-cultura-estao-regulares-no-ministerio-das-comunicacoes/>>. Acesso em: 18 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Sistema analógico da TVE para a Região Metropolitana será desligado em fevereiro**. Porto Alegre, fev. 2017b. Disponível em <<http://www.tve.com.br/2017/02/sistema-analogico-da-tve-para-a-regiao-metropolitana-sera-desligado-em-fevereiro/>>. Acesso em: 18 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **TVE Repórter**. Porto Alegre, [2017?]. Disponível em: <<http://www.tve.com.br/programas/tvreporter/>>. Acesso em: 19 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **TVE Repórter vence o 5º Prêmio Amrigs de Jornalismo com matéria sobre a medicalização da infância**. Porto Alegre, out. 2015. Disponível em: <<http://www.tve.com.br/2015/10/tve-reporter-vence-o-5o-premio-amrigs-de-jornalismo-com-materia-sobre-a-medicalizacao-da-infancia/>>. Acesso em: 19 jun. 2017.

TVE RS. **TVE Repórter - Alto Camaquã - 26/11/2014**. [S.l.], 2014. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=M\\_DGJh-eTL0&t=404s](https://www.youtube.com/watch?v=M_DGJh-eTL0&t=404s)>. Acesso em: 1º jul. 2017.

\_\_\_\_\_. **TVE Repórter - Futebol de Várzea - 24/5/2015**. [S.l.], 2015a. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=70br11C6xN8&t=448s>>. Acesso em: 4 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. **TVE Repórter | TVE - A Cultura do Estupro - 3/7/2016**. [S.l.], 2016a. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=YDpmAUy5KR&t=1161s>>. Acesso em: 28 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **TVE Repórter | TVE - Cervejas Artesanais - 04 e 07/10/2015**. [S.l.], 2015b. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=zgmnUkoSG6o&t=1027s>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **TVE Repórter | TVE - Logo Ali - 15/6/17**. [S.l.], 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=aRPGBRQD5Is>>; Acesso em: 26 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **TVE Repórter | TVE - Tecnologias Assistivas - 06/11/2016**. [S.l.], 2016b. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-i9Av0gfzFI&t=119s>>. Acesso em: 27. jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **TVE Repórter TVE | UPF TV - Rodovia Transbrasiliana - 3/4/2016**. [S.l.], 2016c. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wf2EEtZgX0A&t=146s>>. Acesso em: 29 jun. 2017.